



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**MANOEL PEREIRA LIMA JUNIOR**

**A NOÇÃO DE MODELO NO *TRACTATUS***

Salvador – BA

2011

**MANOEL PEREIRA LIMA JUNIOR**

**A NOÇÃO DE MODELO NO *TRACTATUS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva.

Salvador – BA

2011

---

L732 Lima Junior, Manoel Pereira  
A noção de modelo no *Tractatus* / Manoel Pereira Lima Junior. – Salvador,  
2011.  
89f.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

1. Proposição (Lógica). 2. Linguagem e línguas – Filosofia. I. Silva, João Carlos Pires da. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**MANOEL PEREIRA LIMA JUNIOR**

**A NOÇÃO DE MODELO NO *TRACTATUS***

Dissertação apresentada como requisito parcial ao grau de Mestre em Filosofia,  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade da Universidade Federal da  
Bahia.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora:

---

João Carlos Salles Pires da Silva (Orientador - UFBA)

---

Eduardo Chagas Oliveira (UEFS)

---

Cristiane Maria Cornélia Gottschalk (USP)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador João Carlos Salles pela paciência e boa vontade que teve comigo nesses anos. Seu exemplo de pensador sério e pesquisador competente é um estímulo ao exercício da filosofia.

Agradeço também aos amigos e colegas do Grupo Empirismo, Fenomenologia e Gramática, pois, as intervenções e críticas cordiais – sem deixar de ser francas – contribuíram muito para o resultado desta pesquisa.

Agradeço à minha família que, ao seu modo, motivou-me a querer ir mais longe.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois, sem o seu apoio essa pesquisa ficaria inviabilizada.

Mesmo não havendo nexo causal, no mundo,

isso não me impede de *querer*.

Para Mônica

## RESUMO

Nessa pesquisa, propomos como tema: *A noção de modelo no Tractatus*. A partir deste tema, gravitaremos em torno das noções de projeção, figuração, proposição e fato na referida obra. Nosso objetivo é investigar como a proposição pode ser um modelo da realidade, ou melhor, tentaremos entender como a linguagem pode ser um modelo do mundo. Acreditamos que o nosso trabalho seja relevante por dois motivos principais: o primeiro é que ele supre uma lacuna no que se refere às pesquisas do texto do *Tractatus*, pois, embora alguns comentadores tenham feito referências à noção de modelo no trabalho de Wittgenstein não o exploraram suficientemente. O segundo é que tratando a proposição como um modelo da realidade, não só torna-se possível a comunicação, sobretudo, torna-se possível ter modelos da estrutura última do mundo. E esse aspecto é o mais importante, pois, uma vez que podemos entender como funciona a estrutura última do mundo, podemos inferir quais fatos são possíveis e quais são impossíveis, já que, a partir dos modelos que fazemos da realidade, por meio da proposição, podemos fazer previsões (na ciência) e antecipar eventos no mundo. Se linguagem e mundo têm a mesma multiplicidade lógica, então, as imagens que fazemos do mundo devem gerar imagens das consequências dos eventos no mundo.

**Palavras-chave:** Modelo; Proposição; Fato; Figuração; Projeção.

## ABSTRACT

*The notion of model in Wittgenstein's **Tractatus*** is the theme proposed for this research work, in which the notions of projection, figuration, proposition and fact therein are approached. We aim at investigating how the proposition can be a model for reality, or rather, we shall try to understand how language can be a model for the world. We believe our work is relevant for two main reasons: First, it fills a gap in the existing research on the text of the *Tractatus* because, although some commentators have referred to the notion of model in Wittgenstein's work, they have not explored it enough. Secondly, by dealing with the proposition as a model for reality, not only communication is made possible, but above all it becomes feasible to achieve models for the ultimate structure of the world. The latter feature is the most important one because, once we can understand how the ultimate structure of the world works, we can infer which facts are possible and which ones are impossible, since from the models we make for reality through propositions we may make predictions (in science) and anticipate world events. If language and the world have the same logical multiplicity, then the images we make of the world must generate images of the consequences of the world events.

**Key words:** Model; Proposition; Fact; Figuration; Projection.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O BACKGROUND	13
1.1 A representação e o sujeito	13
1.2 Um disfarce para o pensamento	20
1.3 A noção de pensamento em Frege	29
2 A TEORIA PICTÓRICA	38
2.1 Noção de mundo	38
2.2 Nomes e objetos	45
2.3 Proposição e fato	53
3 ENTRE O TRANSCENDENTAL E O EMPÍRICO	63
3.1 Uma investigação transcendental	63
3.2 As condições empíricas da linguagem	72
3.3 O método de projeção	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

## INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, procuramos fazer uma análise da noção de modelo no *Tractatus*. Nosso ponto de partida foi o aforismo 4.01, no qual está escrito que a proposição é um modelo da realidade. Primeiramente, buscamos contextualizar o percurso que levou até a noção de proposição como um modelo. Foi necessário para isso dedicarmos três seções, o primeiro capítulo, a reflexões relativas ao sujeito, à representação e ao pensamento no *Tractatus*. Esses são tópicos implicados com a noção de modelo, pois, modelos supõem pensamento, representação e sujeito. Neste capítulo, dedicamo-nos a entender o que vem a ser uma representação e o que cabe ao sujeito da representação representar. Segundo Wittgenstein, os aspectos psicológicos da representação não interessam à reflexão filosófica, importando apenas os aspectos lógicos que devem garantir as condições de toda e qualquer representação. Logo, para uma investigação sobre a noção de modelo o que deve contar é a perspectiva lógica.

O passo seguinte foi analisarmos a teoria pictórica no segundo capítulo. Dividimos o capítulo em três seções, nas quais abordamos conceitos técnicos do *Tractatus*: a noção de mundo, os nomes e os objetos e fato e proposição. Para entender como uma proposição pode ser um modelo dos fatos é necessário entender o que é o mundo, pois, os fatos que a proposição modela estão no mundo. Sem entender como o mundo está constituído, não se pode entender o que significa um modelo. Mas isso ainda é insuficiente, pois, o mundo é contingente, de modo que, necessariamente, tem uma substância. Entender como funciona a substância do mundo é fundamental para entender o que pode ser uma figura no mundo.

Nesse caso, as relações entre nomes e objetos determinam quais combinações podem ser feitas e a partir daí, quais estados de coisas são possíveis. Assim, um modelo da realidade só será um modelo se os nomes que constituem a proposição tiverem a mesma multiplicidade lógica dos objetos que constituem o fato. Ser um modelo, por assim dizer, tem a ver com uma certa capacidade de representar certas combinações lógicas,

ou seja, um modelo, no sentido do *Tractatus*, não tem a ver com a representação externa de um fato, mas sim com suas relações internas.

Por esse motivo a relação entre proposição e fato também é importante, uma vez que um é um modelo do outro. Acontece que, como fora dito, o que está e joga não é o aspecto externo do fato, isso é irrelevante. O que a proposição pode modelar é a estrutura do fato, pois, não importa quais sejam as propriedades materiais do fato, se a proposição for autêntica, ela irá representar, modelar a estrutura interna que constitui o fato. É por isso que a proposição é um modelo da realidade: ela espelha, na sua estrutura, a estrutura do fato, de modo que se temos a totalidade da linguagem, temos a totalidade do mundo.

Tudo isso acabou conduzindo nossa atenção para os aspectos empíricos e transcendentais da linguagem. Já que a proposição pode ser um modelo dos fatos e esse modelo não é um modelo físico, mas um modelo lógico, coube reservar ao terceiro capítulo uma reflexão sobre o tema. Primeiramente, porque um modelo lógico deve representar estruturas logicamente possíveis e essas estruturas devem ser mostradas nas relações afigurantes, que se dão entre os nomes e os objetos. Contudo, tais relações não podem ser ditas, de modo que permanecem no campo do indizível. Assim, só uma investigação transcendental pode ser capaz de mostra a estrutura última do mundo e da linguagem, a partir das quais são construídos modelos do mundo.

Não obstante, mesmo a questão da legalidade da linguagem sendo uma questão lógica, alguns aspectos empíricos são relevantes para o uso da linguagem. Por exemplo, a questão da verdade ou falsidade de uma proposição é algo que se decide empiricamente, pois, a proposição deve ser comparada com a realidade para que se estabeleça a verdade ou a falsidade da figuração. Nesse caso, verdade ou falsidade de uma proposição depende da expressão sensível que exprime o pensamento, isto é, se a combinação de sinais que tenta exprimir o pensamento for um símbolo, ela tem sentido, ela é um modelo da realidade, caso contrário, ela não diz nada. Esse componente empírico faz

com que a linguagem comum recupere sua força dentro da teoria pictórica, pois, embora trazendo em si mesma alguma vagueza, consegue descrever o que é possível descrever na realidade: os fatos. A linguagem comum também é um modelo da realidade, visto que, no que importa à lógica, ela tem a mesma multiplicidade do mundo – mesmo que isso não esteja à mostra.

Por fim, tratamos do método de projeção por entender que sem ele não seria possível tornar a proposição um modelo da realidade. É o método de projeção quem nos garante isso, pois, na projeção estabelece-se um método de interpretação, definindo precisamente que nome corresponde a que objeto. Assim, o método de projeção acaba sendo a porta que fica entre o transcendental e o empírico, pois, a um só tempo, ele projeta o fato na proposição e projeta as relações que se dão entre os objetos nos nomes, mostrando o que não se pode dizer e representando o que se pode dizer. De outro modo, é o método de projeção quem nos permite construir os modelos da realidade, já que sem a projeção não poderíamos figurar um fato em outro.

## 1 – O BACKGROUND

O *Tractatus Logico-Philosophicus* é uma obra que nasce em um contexto em que a possibilidade de descrever o mundo tinha sido profundamente comprometida. Havia por parte de muitos pensadores – a exemplo de Mauthner – um ceticismo em relação à capacidade da linguagem descrever o mundo, pois, os nossos sentidos nunca teriam acesso ao que as coisas são em si mesmas. Esse ceticismo gerou embaraços tanto para a vida comum quanto para o ambiente científico. O *Tractatus*, então, surge como uma tentativa de resolver esses problemas relacionados à linguagem, ou, segundo o próprio Wittgenstein, dissolver os falsos problemas. Assim, pretendemos investigar as condições sob as quais foi forjada a noção de modelo no *Tractatus*. Começaremos analisando como é possível a representar e o que se pode representar. Em seguida avançaremos para entender como uma proposição pode ser um modelo dos fatos e encerraremos o capítulo mostrando como a noção de pensamento de Frege contribuiu para a noção de modelo do *Tractatus*.

### 1.1 A representação e o sujeito

O *Tractatus* é uma obra que mudou a maneira de muitos filósofos lidarem com os problemas filosóficos. Não porque tenha criado um método para resolver problemas filosóficos, mas por pretender dissolvê-los. Na referida obra não há doutrina ou teoria expressas, mas tão somente aforismos epigramáticos que tentam dar conta da filosofia em sua totalidade. Podemos dizer que Wittgenstein está em um diálogo com pensadores como Frege, Russell e Hertz e esse diálogo impinge a Wittgenstein a tarefa de redigir o *Tractatus* como resposta às questões que os filósofos tradicionais colocavam. Uma das questões que surge em meio a esse diálogo é a da representação. A questão subjacente, que permeia todo o livro é a seguinte: como podemos representar o mundo por meio do discurso enunciativo? E as coisas como Deus, a alma, o bem e o belo são passíveis de representação? Respostas que venham da epistemologia ou da psicologia não são úteis, pois, segundo Wittgenstein, as questões devem ser respondidas pela lógica.

O discurso epistemológico ou psicológico não são capazes de equacionar os problemas filosóficos porque tratam de questões relacionadas ao contingente. A filosofia trata de questões relativas ao absoluto e refere-se ao necessário, que é o terreno da lógica. Responder como representamos o que representamos não nos revela nada sobre a estrutura da representação, sobre o mundo ou o pensamento. A questão correta é: o que pode ser representado? E o que pode ser representado é o que está circunscrito dentro de certas possibilidades lógicas comuns ao mundo, ao pensamento e à linguagem.

Nesse sentido, dizer o que é o mundo enquanto fato empírico não contribuiria muito para definir qual seria o objeto da representação, pois, dizer o que é o mundo empírico ou descrevê-lo continuaria a ser uma representação. Para definir qual é o objeto da representação é necessário definir quais condições lógicas a linguagem deve cumprir para representar o que quer que seja. Definindo quais são os critérios lógicos para que a linguagem represente algo, por conseguinte, chegamos à estrutura lógica do mundo e do pensamento, porque, a ambos – mundo e pensamento – só temos acesso por meio da linguagem e para representá-los é necessário que esta tenha algo em comum com aqueles. E se por meio da estrutura da linguagem chegamos à estrutura do mundo e do pensamento, então, podemos definir que tipo de fato ou fenômeno é passível de representação.

Segundo Lopes dos Santos,

A crítica epistemológica das faculdades subjetivas do conhecimento cede lugar a uma crítica lógica que, apoiada numa caracterização da forma essencial da proposição que pretende fazer total abstração da natureza do sujeito que representa, ocupa-se unicamente da determinação das condições objetivas de instituição de uma relação de representação entre um símbolo proposicional e algo mais.<sup>1</sup>

Como se ver, não se trata de uma investigação psicológica, buscando pelas condições subjetivas para se chegar ao conhecimento. Não se trata também de uma investigação epistemológica que queira definir o conhecimento. Há, aqui, uma evidente inversão investigativa que busca chegar à estrutura essencial de toda representação por meio da forma essencial da proposição. A estrutura essencial da proposição dá-nos todas as

---

<sup>1</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, 17.

possibilidades de representação, uma vez que a proposição, para representar, deve espelhar a estrutura essencial do que ela representa. Chegar a essa estrutura essencial é uma grande descoberta, já que a representação só pode representar o que tenha a mesma estrutura da representação. Isso quer dizer que a linguagem ao representar um fato, mostra-nos a estrutura desse fato e, por assim dizer, mostra-nos algo da essência do mundo.

Nesse novo cenário filosófico da representação linguística, o sujeito da representação deve sair de cena. Ele não passa de mero coadjuvante quando se trata de caracterizar a forma essencial da proposição. Para tal caracterização não importa a estrutura cognitiva do sujeito. O que o sujeito pode representar não depende de suas virtudes ou vontade. No cenário das relações formais montado pela lógica, representar não é uma relação entre um sujeito e os pensamentos que lhe ocorrem, mas uma relação entre símbolos e situações possíveis e isso independe do sujeito. Em certa medida, independe do sujeito porque representar proposicionalmente algo não é dizer que esse algo é verdadeiro ou falso. O que caracteriza uma representação proposicional não é a verdade ou a falsidade, mas o sentido que ela exprime. E o sentido de uma proposição é definido pela lógica e não por um sujeito.

Contudo, podemos afirmar que o sujeito – junto com os nomes e os objetos – é condição da representação. Esse sujeito, porém, como afirma Cuter<sup>2</sup>, não pode ocupar lugar no mundo, pois, seria um fato entre outros fatos. Mas, como ele é uma condição da representação, ele seria transcendental. Literalmente,

Se o sentido proposicional tiver um sujeito, ou, melhor dizendo, se a constituição do sentido pressupuser logicamente a existência de um sujeito, esse sujeito pressuposto será necessariamente indescritível – não será um fato, nem poderá ser componente de um fato<sup>3</sup>.

Enquanto uma das condições da representação, o sujeito não acrescenta nada ao sentido da representação proposicional, antes, sim, ele é solicitado logicamente a compor o

---

<sup>2</sup> CUTER, João V. “‘p’ diz p”. In. **Cadernos Wittgenstein**, nº 1, 2000, p. 66

<sup>3</sup> Id. p. 65

sentido proposicional. O sujeito tractariano está submetido à lógica e só poderá representar aquilo que esteja no campo de manobra do espaço lógico, de modo que mundo, pensamento e linguagem independem dele.

Por isso Wittgenstein expulsa o sujeito do mundo. Se há um sujeito, no que importa à lógica, ele está no limite do mundo. O aforismo 5. 631 ser-nos-á mais esclarecedor.

O sujeito que pensa, representa, não existe. Se eu escrevesse um livro *O Mundo tal como o Encontro*, nele teria que incluir também um relato sobre meu corpo, e dizer quais membros se submetem à minha vontade e quais não, etc. – este é bem um método para isolar o sujeito, ou melhor, para mostrar que, num sentido importante, não há sujeito algum: só dele *não* se poderia falar neste livro<sup>4</sup>.

No tocante à representação, não conta nem o sujeito empírico, nem o metafísico, pois, já que representar é algo que se refere ao sentido da representação proposicional, a linguagem basta a si mesma. Com efeito, na representação proposicional, o verbo representar tem de ser entendido em sentido intransitivo, pois, segundo Lopes dos Santos, “A proposição é um símbolo que não precisa simbolizar nada para instituir-se como símbolo, uma representação que não precisa representar nada para instituir-se como representação.”<sup>5</sup> Isso mostra que a acepção da expressão representar, no *Tractatus*, é independente do sujeito e de sua vontade. Se há um sujeito, é um sujeito sem predicados, esvaziado de características e qualidades capazes de interferir na representação proposicional.

O mundo da representação proposicional é o mundo da linguagem, a única linguagem capaz de representar. Uma linguagem que tem os mesmos limites que o mundo. O mundo e a linguagem que se impõem ao sujeito. “Que o mundo seja *meu* mundo, é o que se mostra nisso: os limites *da* linguagem (a linguagem que, só ela, eu entendo) significam os limites de *meu* mundo”<sup>6</sup>. Esses limites, embora disfarcem uma verdade de

---

<sup>4</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*,

<sup>5</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “**A Essência da Proposição e a Essência do Mundo**”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, 20.

<sup>6</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 5.62

tipo solipsista, não são dados pelo sujeito. Antes, pela linguagem, pois, o mundo do sujeito solipsista é o mundo da única linguagem capaz de representar os fatos.

Aparentemente, Wittgenstein dá um duro golpe na filosofia, impedindo-a de atuar como corpo doutrinário capaz de formular proposições significativas. Em última instância, parece anunciar, na aurora do século XX, a morte da filosofia. No entanto, não é o que ocorre, pois, a filosofia alcança o estatuto de guardiã da linguagem, já que cabe a ela zelar pelas condições do discurso significativo. De acordo com Lopes dos Santos,

O intuito do *Tractatus* como livro crítico não é, pois, dissolver o conceito de filosofia, mas resguardá-lo. Não se trata de condenar a filosofia tradicional por querer dizer o que quer dizer, mas por querer dizer o que não pode ser dito e, no entanto, deve ser conhecido. Ter isso em mente é condição para que se perceba a importância exata dos aforismos que tratam do solipsismo e da ética<sup>7</sup>.

O *Tractatus* inaugura um novo cenário para a filosofia, onde a linguagem tem o papel principal. E esse papel é, por meio da representação proposicional, mostrar a estrutura última do mundo. Mas como isso é possível? Muitos filósofos tradicionais pretendiam conhecer a essência do mundo e pretendiam conhecê-la por meio da descrição do mundo, avançando até a causa primeira. Essa filosofia erigiu a metafísica. Todavia, ao tentar enunciar as questões referentes à metafísica os filósofos tradicionais caíam em paradoxos e formulavam questões que não podiam ser respondidas, ou seja, falsas questões. O *Tractatus* inova no método, pois, não pretende descrever a essência do mundo. A filosofia do *Tractatus* concorda com a filosofia tradicional ao admitir que o mundo tem uma essência a ser conhecida. Mas diverge em método, ao postular que tal essência não pode ser enunciada e que os erros da filosofia tradicional repousam na inerte tentativa de tentar representar a essência do mundo.

Wittgenstein percebeu que a essência do mundo é condição de toda e qualquer representação e que, portanto, jamais poderia ser representada. Contudo, a essência do mundo pode ser-nos apresentada. Ao encenarmos, com nossa linguagem natural,

---

<sup>7</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, 102.

diferentes fatos não percebemos que os fatos encenados na linguagem e os fatos efetivos, embora diferentes materialmente, guardam algo em comum, uma semelhança na sua estrutura representativa, que não se mostra a olho nu. Tal estrutura só se deixa ver pelo microscópio da lógica. Ao examinar a estrutura de cada enunciado da linguagem deve-se chegar a pequenas partes que lhe constituem e como a linguagem representa fatos, esses fatos correspondentes à linguagem devem partes constituintes com estruturas similares às partes componentes da linguagem. E se avançamos na análise as partes tanto da linguagem quanto dos fatos devem ter constituintes simples, isto é, irreduzíveis.

São essas partes simples, que não representam nada e que, por isso mesmo, não podem ser descritas, que mostram a essência do mundo. Os elementos simples da linguagem e do mundo são como Narciso e sua imagem, ou seja, embora distintos, representam a mesma coisa. A tarefa crítica do *Tractatus* nos faz ver que se existe uma essência no mundo essa essência é espelhada na linguagem e que, por assim dizer, a análise da linguagem mostrar-nos-á a estrutura última do mundo, pois,

A figura regenerada da filosofia deve abandonar a idéia de que há um fundo essencial nas coisas; a essência do mundo é a forma comum à realidade empírica e à linguagem. A essa idéia, porém, substitui a de que essa forma não deve ser procurada na superfície aparente dos sinais, mas no fundo oculto dos símbolos<sup>8</sup>.

Então, a ideia é que a representação proposicional, por necessidade lógica, tem uma forma idêntica à do fato representado. Isso, além de deixar mais claro que o sujeito não interfere na constituição do sentido proposicional, traz outra consequência importante, qual seja: uma rígida delimitação entre filosofia e ciência. O *Tractatus* ajuda a construir uma noção de filosofia que não tem o papel de ciência, pois, não lhe cabe descrever ou conhecer o mundo. As tarefas de descrever e de conhecer o mundo é da ciência, pois, o terreno do enunciado significativo é da ciência. A filosofia tem uma tarefa específica que é a clarificação lógica do pensamento, pois, conforme Wittgenstein, “A filosofia

---

<sup>8</sup>LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, 102.

não é uma das ciências naturais. (A palavra ‘filosofia’ deve significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado, das ciências naturais.)<sup>9</sup>”.

A ciência faz uso da linguagem natural para a descrição dos fatos. A linguagem científica é uma imagem, uma figura, uma representação do mundo. Não obstante, não é nessa representação feita pela ciência que podemos encontrar a essência do mundo, pois, a ciência só nos dá o aparente, o fenômeno. Por isso, ao descrever o mundo, a ciência não nos dá sua estrutura última. Ao tentar descrever o mundo a ciência vê-se obrigada a fazer uso da linguagem, de modo que podendo descrever o mundo é impotente quanto a linguagem. Mas, se a linguagem é parte do mundo, então, a tarefa descritiva da ciência não dá conta do mundo em sua totalidade, de sorte que só a linguagem pode dar conta de si mesma.

Desse modo, se a ciência não é capaz de explicar a linguagem, enquanto condição de todo e qualquer discurso significativo, a linguagem é capaz de definir o que a ciência pode descrever. Podemos inferir isso, porque a análise da linguagem deve nos conduzir a elementos simples da linguagem que espelham elementos simples do mundo e, uma vez que se chegue a esses elementos, na linguagem, pode-se ver quais tipos de combinação são possíveis entre eles.

Tais elementos simples são pequenas porções do mundo que combinados dão-nos os estados de coisas. Esses elementos simples são condição de toda representação e enquanto tal, podemos nos arriscar a dizer, eles são modelos lógicos do mundo, pois, eles permitem fazer as mais diversas combinações de fatos possíveis. O que acreditamos é que uma vez que se estabelecem as condições de possibilidade de toda e qualquer representação, essas mesmas condições possibilitam que a linguagem crie modelos lógicos do mundo.

---

<sup>9</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.111.

A análise lógica da representação linguística ajuda a contornar problemas que antes pareciam insolúveis à filosofia tradicional. Problemas que geravam ceticismo acerca da capacidade da ciência descrever o mundo ou mesmo gerar algum tipo de conhecimento. A análise da linguagem mostra que o mundo tem uma essência que a linguagem reflete e que chegando aos constituintes últimos da linguagem chegamos aos constituintes últimos do mundo. E se a linguagem é o meio por excelência de representação, então, a análise da linguagem deve ser suficiente para estabelecer as condições de qualquer representação.

Uma vez que se chega ao estabelecimento das condições de toda e qualquer representação, tendo descartado o sujeito e abdicado de explicações de ordem psicológica ou epistemológica, estão dadas as condições para a construção de modelos lógicos, pois, um tal modelo deve depender tão somente das possibilidades combinatórias dos sinais que constituem os símbolos, visto que tais possibilidades já são elas mesmas modelos de situações possíveis. Isso coloca a filosofia em um novo patamar, pois, impede-a de querer competir com a ciência e dá novo fôlego à ciência, ao construir os alicerces para o edifício do conhecimento científico com base em hipótese e generalizações que não extrapolem o campo do significativo.

## 1.2 Um disfarce para o pensamento

O *Tractatus* é um livro que trata de problemas filosóficos e que pretende “[...] pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos [...]”<sup>10</sup>. Conforme está expresso no prefácio da obra. Esses problemas filosóficos e os limites da expressão do pensamento exigiram um pensamento desnudo das vestes cotidianas da linguagem comum. E, aqui, importa menos o pensamento nele mesmo e mais a linguagem que o encobre e o camufla, já que “O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-

---

<sup>10</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 131.

senso”<sup>11</sup>, como diz o próprio Wittgenstein. Sendo assim, nesta seção, como os modelos da física de Hertz passaram a servir de paradigma para a noção de modelo no *Tractatus*.

Assim, passemos a examinar a teoria pictórica, pois, é nela que está a ideia de figuração como modelo dos fatos. A literatura especializada define o aforismo 2.1 como o marco da chamada teoria pictórica. Precisamente, está dito: “Figuramos os fatos”. Figurar um fato é representá-lo, é descrevê-lo. E um fato, como se sabe, é algo que ocorre no mundo, de modo que figurar um fato é dizer algo sobre o mundo e dizer algo sobre o mundo supõe a possibilidade de pensá-lo e enunciá-lo. O problema é: O que se pode pensar e, portanto, enunciar a respeito do mundo? Já de partida a pergunta sugere limites, ou seja, uma pergunta como essa só será legítima se ela puder ser respondida. E é isso que Wittgenstein enuncia no prefácio à sua obra. A questão posta pode induzir-nos a elaborar uma falsa resposta, pois, pode parecer que o que tem de ser pensado e enunciado é *o verdadeiro*. E caso tal erro aconteça poderemos dirimi-lo a partir da noção de *mundo* do *Tractatus*, já que o mundo é a totalidade dos fatos<sup>12</sup>.

É exatamente por o mundo ser a totalidade dos fatos que poderíamos querer saber o que é o mundo – empírico – para, então, entendermos o que é figurar um fato. Com isso buscaríamos uma resposta de tipo realista, onde a verdade do fato seria o critério para a enunciação da proposição. Mas, ao contrário, exatamente por ser a totalidade dos fatos não precisamos cair no realismo e depender da verdade do fato para enunciá-lo. Nesse sentido podemos dizer que a linguagem é um disfarce para o pensamento, pois, pode parecer que ao figurar um fato representamos algo sobre o mundo nele mesmo. Pensar isso seria deixar-nos enredar no poder enfeitiçador das palavras da linguagem. O próprio Wittgenstein adverte-nos dizendo que

A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se poderia inferir, da forma exterior do traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi constituída

---

<sup>11</sup> Id. *Ibidem*

<sup>12</sup> Conf. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 1.1, 1.11, 1.2.

segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo<sup>13</sup>.

Nesse caso, pouco importa, segundo o *Tractatus*, o que seja o mundo nele mesmo. Não seria legítimo falar sobre o que é o mundo – essa questão não se coloca. Em sentido técnico, são os arranjos dos objetos que constituem os fatos e a totalidade destes é o mundo. Ou, conforme a letra de Wittgenstein: “O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas”<sup>14</sup>. Procurar o mundo enquanto tal não é tarefa da ciência, nem da filosofia. Aliás, não chega a ser, sequer, uma tarefa, pois, “A figura regenerada da filosofia deve abandonar a ideia de que há um fundo essencial das coisas; a essência do mundo é a forma comum à realidade empírica e à linguagem”<sup>15</sup>. Este é o novo estatuto filosófico: a essência do mundo deve ser mostrada na linguagem e não nas coisas nelas mesmas. Se queremos saber o que é uma coisa nela mesma, não precisamos descobrir-lhe uma essência oculta, podemos criar modelos proposicionais que nos mostrem como está o mundo, caso os modelos sejam verdadeiros. Assim, por meio do sinal proposicional, que nada parece ter a ver com o fato figurado, encontramos a oculta forma comum ao mundo e à linguagem.

Por isso, não importa, de fato, o que seja o mundo, mas é necessário que ele tenha algo em comum com o pensamento e com a linguagem para que um fato possa ser figurado. Uma figuração é um modelo da realidade, o que quer dizer que o pensamento, por meio da linguagem, expressa um entre outros modelos de mundo. A questão é: qual modelo dentre tantos desempenha melhor o papel de descrever a realidade, sabendo que a linguagem é um traje que disfarça o pensamento? A tarefa do filósofo é desmascarar a linguagem, é mostrar-lhe o que ela encena em pleno palco, sem, contudo, por fim ao espetáculo. Se a linguagem é um disfarce para o pensamento, é por conta dos usos cotidianos da mesma, que tendem a abreviar a sua estrutura lógica, dando-lhe papéis que não cabem nem na ficção e que, no entanto, parecem encenar algo. Como, então,

---

<sup>13</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 4.002

<sup>14</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 1.1.

<sup>15</sup> SANTOS, Luiz Henrique L. “**A Essência da Proposição e a Essência do Mundo**”. Ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 102

distinguir entre os modelos de representação, de encenação da linguagem dentre todos os modelos possíveis? É aqui, que a teoria dos modelos de Hertz nos será útil.

Dizer que a linguagem é um disfarce é dizer que há algo de oculto nela, algo que lhe subjaz. O problema é que esse subjacente quer dizer algo da essência do mundo, mas isso não pode ser dito. A ontologia do *Tractatus* se incumbiu de dissolver esse mistério, uma vez que o mundo se resolve em fatos, isto é, na contingência. Assim, a linguagem que é um modelo do mundo não é a linguagem que quer dizer a essência do mundo, é a linguagem que lida com a contingencialidade do mundo. O que significa dizer que os fatos são contingentes e que, por conseguinte, os modelos – que são as proposições – também são contingentes.

O problema é que a proposição deve ter componentes mais simples que lhe sirvam de base para a figuração e esses componentes não estão à mostra na linguagem comum. Estamos falando das proposições elementares, que dão origem às proposições moleculares. Para se chegar às proposições elementares é necessário fazer a análise lógica da linguagem, pois, as elementares não são dadas *a priori*. Com efeito,

As linguagens naturais não foram criadas para revelar a forma lógica das proposições elementares. Elas incorporam gigantescos mecanismos de abreviação, análogos aos que encontramos nas obras de Frege e Russell. Estes mecanismos sepultam a forma lógica das proposições muitas camadas abaixo da superfície, de tal modo que só um trabalho paciente de análise pode me levar até a rocha intransponível dos nomes logicamente simples<sup>16</sup>.

Só através das proposições elementares podemos chegar à forma lógica comum ao mundo e à linguagem e, como se vê, não é na linguagem comum que podemos buscá-la. Contudo, ainda assim, a linguagem é um modelo da realidade, porque, se ela diz algo a respeito da realidade, nela deve estar contida a forma da realidade, embora tal forma só seja identificada nas proposições elementares – a base de todos os modelos proposicionais. Estritamente falando, a proposição elementar é o modelo mais próximo da realidade que o *Tractatus* pode nos oferecer.

---

<sup>16</sup> CUTER, João V. *Três Tipos de Necessidade Lógica*. In. **Caderno de História, Filosofia e Ciência**, Série 3, nº 1, V. 18. Campinas, jan-jun. 2008, p. 205

E para falar de teoria dos modelos, de proposição ou de representação no *Tractatus*, precisamos fazer um recuo conceitual, de modo que cheguemos ao conceito de *modelo*, tal como foi formulado por Hertz em seus *Princípios da mecânica*. A teoria dos modelos de Hertz foi decisiva para a noção de figuração do *Tractatus*, pois, de acordo com o aforismo 4.01, “A proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensamos que seja”. Isso pode ser confirmado pela seguinte passagem da citada obra de Hertz:

In endeavouring thus to draw inferences as to the future from past, we always adopt the following process. We form for ourselves images or symbols of external objects; and the form which we give them is such that the necessary consequents of the images in thought are always the images of the necessary consequents in nature of the things pictured. In order that this requirement may be satisfied, there must be a certain conformity between nature and thought<sup>17</sup>.

Entretanto, um modelo, uma forma de representação, *per se*, não tem maior importância que outro. De maneira simplificada, então, podemos dizer que a teoria dos modelos de Hertz surge como resultado de uma crítica à mecânica newtoniana e à recém-descoberta termodinâmica. Para o físico alemão, um modelo, ou seja, uma forma de representação deveria seguir três critérios<sup>18</sup>: *admissibilidade*, *correção* e *conveniência*; onde o primeiro é lógico e trata do aspecto formal, o segundo é empírico e trata do ajuste ao mundo e o terceiro trata da simplicidade, ou seja, da eliminação de componentes desnecessários ou vazios. Para o físico, a noção de força, na mecânica de Newton era prescindível, pois, não atendia ao princípio de simplicidade e de eliminação de componentes desnecessários e a noção de energia, oriunda da termodinâmica, não respeitava os princípios de admissibilidade e de correção. A partir dessas lacunas Hertz formula sua teoria dos modelos, respeitando os três princípios estabelecidos. Como podemos entender, então, o termo modelo?

Para o físico alemão, um modelo se constitui num *artefato formal* elaborado com o objetivo de reproduzir a ordem subjacente a um conjunto de objetos,

---

<sup>17</sup> HERTZ, H. *Principles of Mechanics Presented in a New Form*. New York: Dover, c 1956, p. 1.

<sup>18</sup> “[...] we postulate in the first place that all our images shall be logically permissible. [...] we postulate in second place that our images shall be correct. [...] Of two images of the same object that is more appropriate which picture more of the essential relations of the objects, - the one which we may call the more distinct. Of two images of equal distinctness the more appropriate is the one which contains, in addition to the essential characteristics, the smaller number of superfluous or empty relations.” P. 2. In: HERTZ, H. *Principles of Mechanics Presented in a New Form*. New York: Dover, c 1956.

tornando possível representar (prever) as conseqüências necessárias que sempre acompanham esses objetos<sup>19</sup>.

Assim, a proposição como modelo da realidade, no *Tractatus*, é um desdobramento da teoria dos modelos de Hertz. Para Griffin,

[...] parece claro que os modelos de que Wittgenstein fala no *Tractatus* são semelhantes aos modelos de que Hertz fala em *Os Princípios da Mecânica*; ambos afirmam que aquilo que fazemos, seja na linguagem em geral (Wittgenstein) seja na linguagem da mecânica (Hertz), é formular modelos da realidade<sup>20</sup>.

Ou seja, os modelos do *Tractatus* são encenações de estados de coisas a partir dos quais podemos tirar conseqüências das imagens que fazemos, pois, um modelo lógico pode antecipar a forma dos fatos que constituem a figuração.

Não obstante, a linguagem continua sendo um disfarce para o pensamento, pois, falsos modelos (modelos que não correspondem a nada) ou pseudoproposições continuarão sendo elaborados. A chave para o desmascaramento da linguagem está no chamado atomismo lógico, já que o modelo deve ter a mesma multiplicidade lógica que o fato representado. Isso é o cerne da teoria da figuração de Wittgenstein, uma vez que é necessário que haja uma identidade formal entre pensamento e o fato possível. Conforme Cuter,

Pensamento e fato devem possuir possibilidades e impossibilidades combinatórias capazes de instaurar uma relação de isomorfismo entre os dois domínios. Será logicamente possível que o objeto *a* se combine ao objeto *b* no mundo, se (e somente se) for logicamente possível que o objeto associado ao objeto *a* no pensamento se combine no pensamento ao objeto associado ao objeto *b*<sup>21</sup>.

O que viria a ser a combinação dos objetos *a* e *b* no pensamento senão a criação de um modelo, já que não é preciso corresponder a um fato empírico e sim ter a mesma multiplicidade lógica, isto é, ser possível logicamente? Em sentido tractariano isso quer dizer que os nomes na proposição devem se comportar conforme os objetos no espaço lógico. Caso isso não ocorra, não se trata de um modelo, quer dizer, não é uma

<sup>19</sup> SILVA, José F. "Hertz e as Concepções de linguagem e filosofia do *Tractatus*". In.: **Revista Páginas de Filosofia**. São Paulo: V. 1, n. 1, Jan-Jul/2009, p. 124.

<sup>20</sup> GRIFFIN J. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto Editora, 1998, p. 151.

<sup>21</sup> CUTER, João Vergílio G. "'p' diz p". In. **Cadernos Wittgenstein**, n. 1, 2000, p. 62

proposição. Assim, ser um disfarce para o pensamento é não estar explícito, na linguagem natural, a sua forma comum com a estrutura última da realidade. Ser um disfarce para o pensamento não tem nada a ver com o pensamento ser uma coisa e a linguagem outra. Pensamento e linguagem devem ter a mesma estrutura do mundo.

Todavia, a linguagem descreve fatos que não são da ordem da necessidade, mas circunstanciais. E nesse sentido, mesmo sendo um disfarce para o pensamento a linguagem pode dar conta da descrição do mundo, pois, o que faz a linguagem é descrever o contingente e não os objetos. Os fatos são o efetivo, embora o efetivo seja também uma das possibilidades entre tantas outras. É por isso que uma proposição pode ser um modelo da realidade, porque para o modelo não importa o efetivo, mas sim as possibilidades, desde que essas possibilidades estejam submetidas aos critérios de admissibilidade lógica, correção e simplicidade. E esses são os princípios elementares que devem reger o melhor modelo proposicional. Para Lopes dos Santos,

Uma figuração pode representar tudo que *possa* compartilhar com ela a forma da afiguração. A única condição de representatividade do diagrama é a possibilidade de que seus elementos sejam substituídos pelos elementos do fato, real ou meramente possível, a diagramar – ou seja, que esses elementos *possam* articular-se entre si do mesmo modo como seus representantes efetivamente se articulam no diagrama. Isso basta para conferir à figuração *condições de correção*, ou seja, basta para a identificação do que deve existir na realidade para que a figuração seja correta<sup>22</sup>.

A leitura que Lopes dos Santos fez do *Tractatus* parece ter compreendido também que a figuração herdou as regras da noção de modelo de Hertz, pois, ao mencionar as condições de correção parece fazer referência a um desses princípios hertzianos. Acreditamos que não se reportou ao critério de admissibilidade lógica porque não há linguagem sem lógica e ao critério da simplicidade porque também pela correção pode-se ver e eliminar elementos desnecessários. Assim, por ser a linguagem natural um disfarce para o pensamento, a noção de modelo e seus princípios vêm dar uma significativa contribuição para o desmascaramento da mesma, pois, a partir da análise lógica, que deve chegar às proposições elementares, podemos confrontar as partes que constituem a proposição com as partes que constituem o fato. Desse modo, é possível

---

<sup>22</sup> SANTOS, Luiz Henrique L. “**A Essência da Proposição e a Essência do Mundo**”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 62

chegar à estrutura óssea comum ao mundo e à linguagem. E com esse modo de proceder ainda é possível identificar qual modelo é, de fato, um modelo de figuração, isto é, o que é proposição significativa e o que não é. Por assim dizer, pode-se chegar ao que é linguagem e, portanto, descreve o mundo e ao que não é linguagem e, portanto, não descreve nada.

Com efeito, o que está em jogo é uma relação entre fatos: um de ordem empírica (o mundo) e outro de ordem linguística (a proposição) e nessa relação um deve espelhar o outro. Como sabemos, a linguagem é a única linguagem que entendemos, só há uma linguagem, mas os modelos são vários. O que a teoria pictórica parece querer dar conta, então, é de qual modelo é o mais apropriado para a descrição do mundo. E parece que o modelo da ciência é o mais adequado. Conforme Griffin, “[...] podemos ler a Teoria da Figuração do *Tractatus* – e penso que esta é a maneira correta de a ler – como sendo a recomendação de que a linguagem científica seja modelo para toda linguagem”<sup>23</sup>.

Mas isso não é uma opção gratuita. Esse posicionamento encontra seu fundamento em Hertz, pois, para este o mundo é um arranjo de pontos materiais e não importa se podemos dar um exemplo ou não de tais pontos. O que importa é que “Os modelos, as representações que fazemos do mundo, são construídos, de um modo similar, a partir dos símbolos que representam estes pontos materiais”<sup>24</sup>. O aforismo 4.023 pode ser um indício de que essa interpretação de Griffin é plausível, pois, diz-nos que

A proposição constrói um mundo com a ajuda de uma armação lógica, e por isso pode-se muito bem ver na proposição como está, *se* ela for verdadeira, tudo que seja lógico. Pode-se *tirar conclusões* de uma proposição falsa<sup>25</sup>.

Ora, assim, pode-se perceber que a teoria pictórica nada tem a ver com dados dos sentidos, mas sim com a descrição possível do mundo por meio dos símbolos que representam os dados dos sentidos. Se a proposição constrói um mundo, podemos dizer

---

<sup>23</sup> GRIFFIN J. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto Editora, 1998, 150.

<sup>24</sup> Id. p. 142.

<sup>25</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 4.023

que ela constrói modelos de mundo a partir de uma estrutura lógica. Construir mundos possíveis é o mesmo que elaborar modelos para que possamos experimentar, testar ideias e tirar conclusões sobre os fatos do mundo, pois, “Na proposição, uma situação é como que montada para teste. Pode-se dizer sem rodeios: esta proposição representa tal e tal situação – ao invés de: esta proposição tem tal e tal sentido”<sup>26</sup>. Com a teoria pictórica, o mundo deixa de ser compreendido como um absoluto para ser compreendido como algo que teria várias possibilidades. Mas isso não nos é revelado pelo próprio mundo. É mostrado pela linguagem.

Cabe ainda colocar uma questão: como pode algo ser um disfarce para o pensamento (4.002) e ainda assim ser um modelo da realidade (4.01)? Todo disfarce, sabemos, é algo externo, ocultando o objeto trajado. E é exatamente por ser assim que a linguagem pode a um só tempo ser um disfarce e ser um modelo dos fatos. Aliás, é por ser um modelo dos fatos que ela pode ser um disfarce para o pensamento. Ser um modelo dos fatos significa estar numa certa configuração, representando um certo estado de coisas. Ora, os fatos são a existência de estados de coisas e os estados de coisas são ligações de objetos<sup>27</sup>. Isso quer dizer que os próprios fatos são um disfarce para os objetos, não mostrando a estrutura do mundo.

Por ser um modelo dos fatos, por ser um espelhamento do mundo a linguagem pode ser um disfarce e figura. No caso de ser um disfarce, ela espelha o fato na sua estrutura como mera possibilidade. E por espelhar o fato, a linguagem, já é uma figura, isto é, um modelo da realidade tal como pensamos que seja. O disfarce faz parte do externo, do contingente, enquanto que o modelo faz parte do que é interno, do necessário. O disfarce está para os fatos tal qual o modelo está para os objetos. De fato, a forma externa da linguagem, isto é, o seu disfarce, não a impossibilita de ser um modelo da realidade. Na relação figurativa o que está em jogo não é uma identidade empírica, não são os dados dos sentidos, mas sim a construção lógica comum à figura e ao

---

<sup>26</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 4.031

<sup>27</sup> Conf. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 2, 2.01.

afigurado<sup>28</sup>. Trata-se, aqui, de estabelecer os critérios para toda e qualquer linguagem que possa descrever o mundo seja lá que mundo for. A proposição tem que ser um modelo dos fatos, porque não importa qual seja o fato a proposição continuará a descrevê-lo, pois, o modelo que ela é, não é empírico, mas lógico.

### 1.3 A noção de pensamento em Frege

No *Tractatus*, Wittgenstein elogia a grandiosa obra de Frege, demonstrando admiração e deixando transparecer a grande influência que este lhe causou. Influência que, sobretudo, foi exercida na tarefa de separar o que é lógico do que é psicológico no que se refere ao pensamento. É Frege quem abre as sendas por onde a lógica deve percorrer seu próprio caminho. O *Tractatus*, em alguma medida, resulta dessa estrada. Como sabemos, o *Tractatus*, de certo modo, é uma continuidade da investigação lógica de Frege. De acordo com Salles,

O *Tractatus* não deixa de se defrontar com desafio algo semelhante ao de Frege, embora o procure responder, de modo ainda mais radical, não pela garantia imediata da correção dos raciocínios, mas antes pela possibilidade mesma de uma linguagem estar em ordem<sup>29</sup>.

No entanto, o que aproxima o *Tractatus* da herança fregeana é também o que o afasta: Frege procurava por meio da correção do raciocínio corrigir a linguagem, quando, a bem da verdade, é a lógica da linguagem que nos dá um raciocínio em ordem, pois, uma linguagem em ordem solicita-nos um pensamento em ordem. É essa tradição que Wittgenstein herda. Uma das marcas características dessa tradição à qual Wittgenstein está filiado é uma nova elaboração da noção de pensamento. Para Frege, a tradição filosófica distinguia dois reinos: o reino exterior, que é o mundo; e o reino interior, que é a consciência. No primeiro, estão situados os objetos físicos e no segundo as ideias. O pensamento não tinha lugar em qualquer um deles. O pensamento detinha seu próprio reino. Frege defendeu a ideia de um terceiro reino, que fosse o do pensamento.

---

<sup>28</sup>WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 4.014.

<sup>29</sup>SALLES, João C. *Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias*. In. **O retrato do vermelho e outros ensaios**. Salvador: Quarteto, 2006, 107

A questão é embaraçosa, pois, o pensamento deveria ser independente do sujeito tanto quanto o mundo exterior – que independe do sujeito – e não sensível como as ideias – que têm um sujeito como portador. Assim, o pensamento não seria um conteúdo privado da mente de um sujeito e também não seria um conteúdo material como um objeto físico. E embora ele não seja material devemos ter acesso a ele, mesmo que pareça ocorrer em uma mente individual. Essa é a chave da questão: pensamentos não são possuídos como objetos ou ideias, são apreendidos. Um pensamento enunciado por Zenão (“O movimento não existe”) deve ser o mesmo enunciado por um filósofo moderno, se ambos estão falando da mesma coisa. E isso independentemente de o enunciado ser verdadeiro ou falso, pois, diz Frege:

Conto entre os pensamentos tanto o que é falso, quanto o que é verdadeiro. Consequentemente, posso dizer: o pensamento é o sentido de uma sentença, sem querer afirmar que o sentido de toda sentença seja um pensamento.<sup>30</sup>

Neste ponto, começa a ser delineada a fronteira da chamada “virada linguística”, dado que começa a ser estabelecida uma distinção entre sentido e verdade, entre psicologia e lógica.

A distinção operada por Frege mostra-se extremamente útil para evitar os embaraços filosóficos. Na esteira de Frege, o autor do *Tractatus* define melhor os limites entre sentido e verdade e entre psicologia e lógica. No fragmento citado acima, pode-se notar que pensamento é o sentido de uma sentença e esta pode ser verdadeira ou falsa. Como fora dito, o pensamento não tem um portador, isto é, seu sentido independe de um sujeito, muito embora os constituintes do pensamento possam ser materiais como afirma Anscombe: seria uma questão empírica investigar tanto o que os constituintes do pensamento são quanto como eles estão relacionados aos objetos<sup>31</sup>. A questão do sentido deve ser decidida logicamente, embora os processos de formação do pensamento possam ser decididos empiricamente por meio da psicologia. Com esta definição, afasta-se a possibilidade de tomar o sentido do pensamento como um objeto

---

<sup>30</sup> FREGE, G. *Investigações Lógicas*. Porto Alegre: EDIPUC, 2002.

<sup>31</sup> ANSCOMBE, G. E. **AN INTRODUCTION TO WITTGENSTEIN'S TRACTATUS**. Nova York: Harper & Row, Publishers, 1959. Texto original: “That is to say, it would be a matter of empirical investigation to find out, both what the constituents of a thought are and how they are related to the 'objects' occurring in facts, that is to say, to the objects designated by the 'names' in language”. p. 28

da psicologia. Por assim dizer, o termo pensamento, em sentido estrito, só encontra cidadania na lógica. E uma vez tendo o pensamento chegado à terra natal, verdadeiro e falso deixam de pesar-lhe sobre os ombros, pois, para a lógica o que conta é o sentido da sentença, ou, o que dá no mesmo, do pensamento.

É a partir dos delineamentos de Frege que Wittgenstein elabora a chamada teoria pictórica, na qual a proposição é um modelo dos fatos. Para Frege, só são considerados pensamentos as sentenças que comunicam ou declaram algo. Sentenças que exprimem desejo ou pedido, ou que estão no imperativo (embora tenham sentido) não são pensamentos<sup>32</sup>. Estas sentenças são incompletas e dependem de um complemento, por isso não são consideradas pensamentos. Ao contrário, a asserção e a sentença interrogativa expressam o mesmo pensamento, ou seja, têm sentido completo.

Parece-nos que as noções de sentido completo e de sentido incompleto ajudaram Wittgenstein a elaborar a noção de figuração, uma vez que a proposição com sentido é a figura de um fato, enquanto que a proposição sem sentido não figura nada. O que está subentendido, aqui, é que ser figura depende de ter sentido, ou seja, ter sentido completo, porque o incompleto não pode figurar. Desse modo, figura, pensamento e proposição têm em comum o sentido. E isso tem a ver com a lógica da linguagem e não com os processos psíquicos do pensar, nem com sua verdade.

Na distinção formulada por Frege, que serve de ponto de partida para Wittgenstein, temos a seguinte estrutura: 1 – as sentenças assertivas e interrogativas contêm ambas o mesmo pensamento; 2 – a interrogativa além do pensamento contém o pedido; 3 – e a assertiva, além do pensamento, contém a asserção. A verdade é apresentada na sentença assertiva pelo ato de julgar do sujeito que apreende o pensamento. Ao julgar o pensamento apreendido o sujeito deve reconhecer-lhe a verdade (ou falsidade) e asserí-

---

<sup>32</sup> Conf. FREGE, G. *Investigações Lógicas*. Porto Alegre: EDIPUC, 2002, p. 16.

la, tornando-a manifesta e pública. Como se vê, a verdade depende de um ato judicativo do sujeito.

No *Tractatus*, a noção de verdade não pode depender do ato judicativo de um sujeito. “Para reconhecer se a figuração é verdadeira ou falsa, devemos compará-la com a realidade.<sup>33</sup>” Comparar com a realidade, nesse caso, não é depender da capacidade de julgar de um sujeito. Comparar com a realidade é encontrarmos um fato efetivo que corresponda à figuração para que ela possa ser verdadeira. A verdade, no *Tractatus*, é posterior ao ato judicativo. Julgar, no *Tractatus*, tem a ver com a capacidade de articular sinais. O ato judicativo, no *Tractatus*, serve para estabelecer relações entre sinais proposicionais, mas não para decidir sobre o que é o verdadeiro ou o falso. Podemos dizer, então, que o pensamento é o ato judicativo por meio do qual juntamos sinais proposicionais que exprimem algo. Portanto, julgar é juntar elementos proposicionais numa certa configuração. Conforme Griffin,

Isto é o que faz a proposição 3.5, afirmando que, quando um signo proposicional é aplicado a alguma situação, quando alguém efetivamente, junta os seus elementos para formular uma asserção, temos um pensamento a partir de um signo proposicional. Ou seja, relativamente às proposições, pensar é o mesmo que usar um signo proposicional. Portanto, pensar deve ser o acto de juntar os elementos de um modo que exprima algo<sup>34</sup>.

O juízo não precisa ser nem verdadeiro nem falso, mas ter sentido. Esse sentido é mostrado na asserção, uma vez que alguém junta sinais de modo significativo, gerando um pensamento. A verdade, no *Tractatus*, não é decidida meramente por um ato psicológico ou empírico, ela ocorre quando, por meio da comparação com realidade, o fato figurado encontra um seu duplo no mundo. Comparar a figuração com a realidade implica entender que os elementos da figura estão substituindo os objetos. Reconhecer o verdadeiro, nesse caso, é saber que uma das muitas possibilidades do espaço lógico está em vigência. Certamente, comparar a figuração com a realidade envolve a capacidade de julgar de quem compara, pois, uma vez que alguém reúne sinais a fim de asserir um pensamento, esse alguém julga seu pensamento ter sentido e, portanto, estar representando um fato. A verdade exibida nessa comparação é pura e simplesmente uma

<sup>33</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 2. 223.

<sup>34</sup> GRIFFIN J. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto Editora, 1998, 160.

constatação de que uma das possibilidades combinatórias dos objetos está vigendo. Por assim dizer, a verdade é dada em um fato e como tal ela é algo contingente.

Neste ponto, Wittgenstein se afasta de Frege, pois, este procurava pelo *ser verdadeiro do pensamento*. Frege tinha sido conduzido para uma perspectiva metafísica, na qual o pensamento fazia parte de um reino atemporal. Wittgenstein, por sua vez, percebeu que a investigação não devia tratar do *ser verdadeiro do pensamento*. Esta questão não é legítima. De acordo com ele, “[...] o verbo de uma proposição não é ‘é verdadeiro’ ou ‘é falso’ (como acreditava Frege), mas o que ‘é verdadeiro’ já deve conter o verbo<sup>35</sup>.” O que se deveria investigar eram as leis lógicas que regem o pensamento, isto é, o ato de pensar. Para Baker e Hacker, “sua preocupação era a natureza da verdade lógica e da lógica, a natureza essencial da representação e dos limites da linguagem<sup>36</sup>”. Podemos ver com Baker e Hacker que a investigação de Wittgenstein muda de foco relativamente à investigação de Frege. O pensamento não possui um *ser verdadeiro*. O tipo de verdade que se deve procurar é a verdade lógica, ou seja, o que é verdadeiro necessariamente. Essa verdade necessária são as condições de sentido do próprio pensamento. O pensamento, ele mesmo, não tem um ser verdadeiro, pois o pensamento lida com fatos e estes são todos contingentes, de modo que verdades necessárias só na lógica. Essa sim, necessária e universal.

O ser verdadeiro do pensamento é irrelevante para o *Tractatus*. Nesta obra, importa mais o significativo e chega-se a ele pela filosofia, que é uma atividade de clarificação do pensamento<sup>37</sup>. Podemos tomar essa atividade como a lógica sendo aplicada ao pensamento, isto é, se o pensamento lida com sinais, combinando elementos numa certa configuração, então, pensar é o ato judicativo por meio do qual aplicamos a lógica para estabelecer combinações de sinais significativas. Assim, Wittgenstein não se ocupará de questões metafísicas e, evitando também respostas de tipo psicológicas manterá seu

<sup>35</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 4. 063.

<sup>36</sup> G. P. Baker & P. M. S. Hacker. *Wittgenstein: Understanding and Meaning. of An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*. Blackwell Publishing. Volume 1, 2005, p. 26

<sup>37</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 4. 112

foco no estabelecimento das condições lógicas da significação. Para tanto, não será necessário procurar pelo ser verdadeiro do pensamento, mas investigar como se dá a relação de identidade entre pensamento e sinal proposicional pensado, visto que “O sinal proposicional empregado, pensado, é o pensamento.”<sup>38</sup>

Diferentemente de Frege, Wittgenstein não aceita um pensamento ocioso e etéreo. O ‘pensamento’ só é pensamento quando pensado, isto é, não pode haver pensamento onde não foi empregado um sinal proposicional. Pensar é uma atividade. O pensamento não é uma passividade e sim uma atividade manifesta no sinal proposicional. Na passagem supracitada está claro: Wittgenstein diz que o sinal proposicional empregado é o pensamento. No *Tractatus*, ocorre um deslocamento na relação entre pensamento e verdade. A verdade não é mais algo eterno que reside em um pensamento imutável. Esse deslocamento ocorre porque a compreensão de pensamento é alterada. Pensamento, aqui, não é uma correspondência com a verdade, mas a capacidade de figurar um fato correta ou falsamente. A verdade deixa de ser uma propriedade do mundo porque está vinculada a situações circunstanciais, já que tudo que ocorre no mundo, para ser significativo, tem que ser possível a verdade ou a falsidade.

Ao invés de procurarmos um ser verdadeiro do pensamento devemos buscar entender logicamente como pensamos. Se pensar é figurar, é fazer um uso significativo de sinais, por que buscar um ser do pensamento fora do mundo? Se pensamento é linguagem e linguagem é pensamento, então, uma análise da linguagem mostra-nos o pensamento em uso. Para Lopes dos Santos,

O que institui uma proposição como proposição não se deixa representar, mas mostra-se no próprio ato dessa instituição, no próprio ato do uso significativo dos sinais, no próprio ato do entendimento da proposição. Nessa medida, entender a linguagem do outro não é apreender o suposto fato em que consistiria o ato pelo qual o outro projeta a realidade nos sinais proposicionais que produz, mas é fazer minha a linguagem do outro, projetar para mim mesmo a realidade nesses sinais, apropriar-me do mundo do outro e fazer deles meus símbolos<sup>39</sup>.

<sup>38</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 3. 5

<sup>39</sup> SANTOS, Luiz Henrique L. “**A Essência da Proposição e a Essência do Mundo**”. Ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p.104

Parece-nos, aqui, que a pretensão de Frege era mostrar algo que não era possível: a verdade necessária do pensamento por meio da contingência da linguagem. O *Tractatus* inaugura um novo programa investigativo, onde essa concepção deixa de ter validade. O trabalho de Wittgenstein revoluciona a investigação da lógica acerca das condições de significação da linguagem, pois, mostra que o que apreendemos não é um pensamento que vaga *ad infinitum*. O pensamento é-nos apresentado por meio dos sinais proposicionais que usamos ao projetá-lo sobre a realidade. A partir dos sinais sensíveis pensamento e linguagem tornam-se material e, no entanto, os seus sentidos estão transsubstancializados no símbolo – onde estão dadas as condições de verdade. Isso é consequência da noção de pensamento como sinal proposicional em uso.

Essa nova concepção de pensamento é muito mais aplicável à vida cotidiana e à linguagem científica do que a concepção anterior, pois, componentes vazios são dispensados, obedecendo ao princípio de que sobre o que não se pode falar deve-se calar<sup>40</sup>. A aplicabilidade desse novo modo de entender o pensamento vem de a proposição ser uma figura. Ao figurar um fato o pensamento pode tirar consequências e estabelecer critérios gerais para o conhecimento científico, uma vez que a figura deve ter a mesma multiplicidade lógica do fato figurado. Para Wittgenstein, “A possibilidade de todos os símiles, de toda a figuratividade de nosso modo de expressão, repousa na lógica da afiguração.”<sup>41</sup>,

Com o *Tractatus* a noção de pensamento muda, pois, este não pode independer de um uso. Só há pensamento em uma sentença em uso. Como diz Glock, “Os pensamentos não são entidades que estão além da linguagem, e a linguagem não é um simples meio para a transmissão de um processo pré-linguístico de pensamento<sup>42</sup>”. No *Tractatus*, não há espaço para um pensamento espectral que vaga pela eternidade até ser encarnado. A metafísica do pensamento cai por terra com a nova interpretação dada no *Tractatus* e

---

<sup>40</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, conf. 7.

<sup>41</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 4. 015

<sup>42</sup> GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário de Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 272.

juntamente com ela rui todo o edifício psicologista, uma vez que o pensamento não vai ser um objeto oculto nas mentes individuais, nem um reino hipostasiado ao mundo empírico. No *Tractatus*, o pensamento é objetivo.

O pensamento não pode ser um objeto privado das mentes individuais porque assim não pode haver comunicação e entendimento. Também não pode ser um reino paralelo ao mundo empírico porque ficaríamos sem critérios objetivos para estabelecer a verdade do pensamento enunciado. Desse modo, jamais poderíamos falar em uma essência por trás da aparência, visto que não teríamos acesso ao pensamento enquanto ele mesmo. Restou, então, ao autor do *Tractatus* tornar o pensamento algo público e objetivo, de modo que os critérios para a comunicação do próprio pensamento e da verdade fossem identificados sensível e perceptivelmente. Onde, então, localizamos um pensamento no mundo? No sinal proposicional.

A despeito da estranha formulação, o que queremos, efetivamente, dizer é que o pensamento é materializado no sinal proposicional. E esse sinal proposicional é sensível e perceptível seja na escrita, seja na fala, de modo que qualquer pessoa (dentro de circunstâncias normais) pode reconhecer o pensamento explicitado, caso o sinal tenha sentido. O sinal sozinho é amorfo, morto. O que dá forma e vida ao sinal é o sentido, isto é, o pensamento nele contido. Essa operação feita por Wittgenstein elimina a necessidade de um terceiro reino<sup>43</sup> para o pensamento ao mesmo tempo em que elimina o psicologismo que pairava sobre a lógica.

É curioso como essa nova concepção de pensamento decorre da concepção de linguagem apresentada pelo *Tractatus*, na qual, o pensamento não depende da subjetividade do sujeito para ter sentido e, no entanto, é pela proposição enunciada pelo sujeito que o pensamento é materializado. Não depende do sujeito porque a proposição é uma figuração da realidade, quer o sujeito queira ou não, de modo que o sujeito não

---

<sup>43</sup> Conf. FREGE, G. *Investigações Lógicas*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2002, p. 27: “[...] os pensamentos não são nem coisas do mundo exterior, nem idéias. É preciso admitir um terceiro domínio.”

pode não figurá-la. E o fato de o pensamento manifestar-se materialmente traz a linguagem para o espaço público, onde o que vale são as regras objetivas e convencionais. Por assim dizer, com a teoria pictórica a filosofia reencontra-se com a linguagem na ágora, onde a eclésia reunida decide o que faz e o que não faz sentido ser dito.

Um exemplo clássico para mostrar o afastamento de Wittgenstein em relação a Frege quanto à nova concepção de pensamento – embora tal concepção tenha, originariamente, sido elaborada por Frege – é uma carta escrita a Russell, na qual ele diz que não sabia o que os constituintes do pensamento são, mas ele tinha certeza de que um pensamento deveria ter constituintes que correspondiam às palavras da linguagem<sup>44</sup>. Com isso, a ideia de um terceiro reino para o pensamento já fica descartada, pois, isso, inevitavelmente, resultaria em metafísica. Não é que não se deva fazer metafísica, mas, no caso do *Tractatus*, a linguagem deve cuidar de si mesma e, como se sabe, o pensamento é linguagem.

Para Cuter,

[...] os elementos do pensamento, ao contrário dos elementos dos sinais proposicionais sensorialmente perceptíveis, são objetos *mentais* que possuem exatamente o mesmo espaço lógico de variação que os objetos do mundo sobre os quais eles são projetados. É mais ou menos o que Wittgenstein diz a Russell numa carta em que está lhe explicando alguns dos principais pontos da doutrina do *Tractatus*<sup>45</sup>.

Isso dá um caráter totalmente objetivo ao pensamento no *Tractatus*. O que Wittgenstein faz parece ser a aplicação do princípio de simplicidade, em que componentes vazios ou desnecessários são cortados. Se entender o pensamento como um processo psicológico já era algo infrutífero para a teoria da figuração, mais infrutífero ainda seria um terceiro

---

<sup>44</sup> ANSCOMBE, G. E. *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*. London, Hutchinson & CO., 1963 [1959]. Texto original: "We should here remember the letter to Russell in which he said he did not know what the constituents of thoughts were, but he was certain that a thought must have constituents corresponding to the words of language". p. 88.

<sup>45</sup> CUTER, João V. *Três Tipos de Necessidade Lógica*. In. **Caderno de História, Filosofia e Ciência**, Série 3, nº 1, V. 18. Campinas, jan-jun. 2008, p. 207-208

reino situado no espaço etéreo fregeano. Não obstante, se o pensamento contém objetos mentais ou qualquer outro tipo de constituinte, parece não ser primordial, pois, Wittgenstein diz ter certeza de que eles existem, mas não os descreve, nem os define. O fato é que eles têm que existir em nossa mente. Uma vez que se tem certeza disso, basta operar segundo princípios lógicos com base nessa certeza. Aliás, são esses constituintes do pensamento que nos permitem fazer uma figura do mundo, pois, a linguagem deve ter também constituintes com a mesma multiplicidade lógica daqueles do pensamento. Essa é a base da teoria pictórica: a relação afiguradora é como um jogo de espelhos, no qual pensamento, mundo e linguagem devem ter a mesma forma lógica. A forma lógica comum aos três é que garante as condições de verdade de toda e qualquer figuração do mundo.

## 2 A TEORIA PICTÓRICA

Neste capítulo, pretendemos fazer uma abordagem da teoria pictórica que nos permita entender como a noção de modelo encaixa-se nela. Para tanto, começaremos fazendo uma análise da noção de mundo no *Tractatus*, pois, compreender o que é o mundo na referida obra é fundamental para entendermos o que vem a ser um modelo na mesma. Em seguida, abordaremos como se dão as relações entre nomes e objetos, já que qualquer figuração que seja, em sentido tractariano, deve ter esses componentes como suas condições de representação e componentes últimos do mundo (os objetos) e da linguagem (os nomes). Por fim, trataremos da relação entre fato e proposição, tentando entender como um pode ser um modelo do outro para representar a realidade falsa ou corretamente.

### 2.1 Noção de mundo

A questão mais relevante para a chamada teoria pictórica seja saber como pode haver comunicação entre os indivíduos. Se cada indivíduo tem uma mente única e singular

jamais o outro terá acesso às suas idéias ou pensamentos. E como saber se o que um indivíduo vê é o mesmo que o outro e que, portanto, estão falando sobre a mesma coisa? Essas são questões que moveram Wittgenstein na direção do que hoje chamamos teoria pictórica. Certamente, é ponto pacífico dizer que não temos nenhuma garantia para afirmar que a árvore verde e copada sob a qual Sócrates descansa é o mesmo objeto que Platão vê. Mas ambos serão capazes de fazer uma descrição da árvore, de tal modo que quem ouve ou lê reconhecerá o objeto se por ali passar – salvo em caso de mudanças físicas ou se o interlocutor não souber fazer o uso adequado dos símbolos empregados. O reconhecimento é menos empírico do que lingüístico, ou seja, ao reconhecer, empiricamente, o objeto já fora esboçado na linguagem. Somos, por isso, levados a dizer que o ponto de convergência do mundo é a linguagem. É ela que unifica os diferentes pontos de vista e o mosaico de sensações que temos.

Será que poderíamos afirmar com certeza absoluta que o mundo que Sócrates e Platão descrevem é o mesmo que o interlocutor percebe? O mundo, no *Tractatus*, é um termo técnico e, por isso, tentaremos dar a ele um tratamento específico a fim de resolver a questão levantada. Entendemos que a noção de mundo desenvolvida por Wittgenstein é de fundamental importância para o entendimento da noção de modelo do *Tractatus*. Recorramos, aqui, a um esclarecimento de Griffin que nos parece útil:

O mundo é, se não no seu todo pelo menos em parte, um agregado de pontos materiais. Os modelos, as representações que fazemos do mundo, são construídos, de um modo similar, a partir dos símbolos que representam estes pontos materiais<sup>46</sup>.

Como sabemos, a nossa linguagem é uma ferramenta para a descrição do mundo. A bem da verdade, é como se fosse um instrumento alquímico por meio do qual transformamos coisas em palavras para que, então, tenhamos acesso a elas. Além disso, só é possível proposições sobre o mundo, isto é, enunciados que digam alguma coisa sobre o mundo ou descrevem-no.

---

<sup>46</sup> GRIFFIN J. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto Editora, 1998, p. 142

O primeiro aforismo do *Tractatus* nos diz qual é o seu objeto de interesse: “O mundo é tudo que é o caso”. Embora à primeira vista não pareça, o interesse de Wittgenstein é pelo mundo que nos é dado pela linguagem, interessa-lhe pensar o mundo de outra perspectiva que não a da teoria do conhecimento ou da psicologia. Para o Wittgenstein pensar o mundo é investigar os limites lógicos que lhe são constitutivos a fim de determinar quais são as proposições significativas. Em outras palavras: pensar o mundo é definir o que é que se pode dizer sobre ele, é pensar o mundo da linguagem – a única que entendemos. É pela linguagem que pensamento e mundo ganham seus contornos, suas definições, ou, como diria Lopes dos Santos,

Os limites do mundo são os limites da linguagem, a linguagem é minha linguagem, os limites do mundo são os limites de minha linguagem. O mundo é o mundo de minha linguagem. O mundo é meu mundo<sup>47</sup>.

Deste modo, o *Tractatus* é um livro que trata das condições de possibilidades de enunciados significativos sobre o mundo. E para isso faz-se necessário entender a noção de mundo na referida obra.

O primeiro esclarecimento sobre o mundo é dado no aforismo 1, mas ao passo que os aforismos avançam a noção de mundo vai sendo ampliada e complexificada. O aforismo 2, por exemplo, refere-se ao 1 e amplia-o: “O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas”. Sendo o mundo tudo que é o caso, é preciso entender o que seja o caso. Este nada mais é senão a existência de estados de coisas, ou seja, fatos. Todavia, o termo ‘fato’, no *Tractatus*, significa mais do que o meramente efetivo, significa também possibilidades. Conforme Wittgenstein, “Os fatos no espaço lógico são o mundo<sup>48</sup>”. Acontece que os fatos no espaço lógico não são, exatamente, o efetivo. O espaço lógico é o lugar das possibilidades e o efetivo é um recorte do espaço lógico, de modo que o mundo envolve o atual mais todas as outras possibilidades. A sequência de aforismos de 2.05 a 2.063 é bem explícita quanto a essa concepção de mundo: “A totalidade dos estados existentes de coisas também determina que estados de coisas não

---

<sup>47</sup> SANTOS, Luiz Henrique L. “**A Essência da Proposição e a Essência do Mundo**”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 104

<sup>48</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 1. 13

existem<sup>49</sup>”, e segue afirmando que “A existência e inexistência de estados de coisas é a realidade. (À existência de estados de coisas, chamamos também um fato positivo; à inexistência, um fato negativo.)<sup>50</sup>”. Por fim, Wittgenstein arremata, dizendo que “A realidade total é o mundo<sup>51</sup>”.

Em uma primeira leitura, ‘fato positivo’ e ‘fato negativo’ são termos que devem causar estranheza. No entanto, em uma segunda ou terceira leitura conseguimos entender melhor esses usos e a estranheza desaparece. Falar também de fatos inexistente pode soar estranho aos ouvidos, tanto mais quando se diz que os fatos existentes determinam os inexistentes. Não obstante, acreditamos haver duas interpretações para tais aforismos. A primeira delas, partindo de 2.05, o qual afirma que a totalidade dos estados de coisas existentes determina os inexistentes. Aqui, está dito, claramente, que o que existe mostra o que não existe, isto é, o efetivo se nos impõe. Essa interpretação talvez seja muito simples e trivial, não estando à altura do autor do *Tractatus*, por isso esforçamos-nos para tentar entender um pouco mais. Nesse sentido, a segunda interpretação é a que guarda o componente lógico, qual seja: pela análise de um fato existente, necessariamente, deveremos chegar a componentes mais simples que constituem os fatos e esses componentes simples determinam todas as combinações possíveis, de modo que uma vez conhecidas tais combinações está dada a realidade. Por conseguinte, temos o mundo composto de fatos positivos e fatos negativos, isto é, possíveis. Se quisermos, podemos chamar os fatos negativos de fatos que existem virtualmente no espaço lógico.

A interpretação de Griffin difere da nossa. Faremos, agora, uma citação longa para confrontarmos os nossos pontos de vista e daí tentarmos avançar no nosso entendimento do que vem a ser o mundo no *Tractatus*. Assim diz Griffin:

---

<sup>49</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 2. 05

<sup>50</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 2. 06

<sup>51</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 2. 063

Fatos positivos e negativos diferem na qualidade. Considerem-se os fatos positivos. O mundo é a sua soma, isto é, a soma dos estados de coisas existentes. Certamente que, quando coligimos todos os estados de coisas existentes, nós temos o mundo; nada precisa ser acrescentado. Assim, a totalidade dos fatos positivos é a totalidade do mundo e um fato positivo singular é uma parte do mundo. Ora, isso não acontece com os fatos negativos. Se nós acrescentarmos a totalidade do conjunto dos fatos negativos a um conjunto de fatos positivos, isto não corresponde a acrescentar mais um fato positivo<sup>52</sup>. Os fatos negativos não são parte do mundo, no sentido em que usei acima a palavra “parte”. Ao contrário, os fatos negativos são de tal modo que, sendo dado um conjunto de fatos positivos, nós temos um conjunto de fatos negativos, por assim dizer, automaticamente. Neste sentido, pode-se dizer que os fatos negativos são inseparáveis dos fatos positivos. Assim, quando Wittgenstein diz que o mundo é a soma dos fatos positivos, pode-se admitir que isto significa que o mundo é totalmente constituído por estados de coisas existentes. Quando diz que o mundo inclui fatos positivos e negativos, pode querer referir-se à sua inseparabilidade; a um conjunto de fatos positivos está ligado um conjunto de fatos negativos<sup>53</sup>.

Griffin parece ter razão em quase tudo, exceto em afirmar que “o mundo é totalmente constituído por estados de coisas existentes”. O inexistente também constitui o mundo, pois, o mundo é a realidade total. O que nos parece é que um mundo que seja *totalmente* constituído por estados de coisas existentes tem que ser um mundo necessariamente verdadeiro, de modo que esse seria o mundo empírico e não a realidade. Conforme Salles,

[...] não diríamos do mundo que se resolve em fatos, dele porém não fazendo parte as coisas de que os fatos se compõem (Cf. 1.1). Tampouco faríamos a totalidade dos fatos determinar (sem implicar) tanto o que é o caso como o que não é o caso (1.12), sendo o Mundo, com efeito, não apenas a totalidade dos fatos ‘positivos’ (o mundo para a ciência), mas a realidade total, a existência e a inexistência de estados de coisas (2.06 e 2.063)<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Griffin parece ter razão ao afirmar que quando se acresce o conjunto dos fatos negativos a um fato positivo nada se acrescenta. Não obstante, ele se esquece que os fatos negativos crescem todas as demais possibilidades aos fatos positivos. É verdade que não se acrescenta nada ao efetivo, mas não é certo que se deixa de acrescentar algo ao mundo. Essa questão lembra-nos o problema dos números negativos na matemática, pois, para os matemáticos era impossível representar uma ausência, uma falta e, no entanto, as operações aritméticas com os números negativos têm consequências práticas importantes na vida comum. Um exemplo bem prosaico é a representação do saldo negativo na conta bancária ou a soma de dívidas que é feita adicionando números negativos. Nesse caso, os fatos negativos acrescentam alternativas aos fatos positivos. Não creio que um pensador como Wittgenstein teria falado em fatos negativos só por capricho.

<sup>53</sup> GRIFFIN J. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto Editora, 1998, p. 72

<sup>54</sup> SALLES, João C. *Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias*. In. **O retrato do vermelho e outros ensaios**. Salvador: Quarteto, 2006, p. 110

Se os estados de coisas existentes são os fatos positivos, então, a totalidade dos estados de coisas existentes não pode ser a realidade. Como mostra Salles, a totalidade dos fatos positivos é o mundo para a ciência e não a realidade total. Wittgenstein não procura por um mundo verdadeiro, mas pelo que torna o mundo possível. Nesse sentido, fato negativo tem o mesmo valor lógico que um fato positivo.

Quanto à diferença qualitativa entre fato positivo e negativo Griffin pode ter razão, mas não aceitamos a sua interpretação da noção de mundo no *Tractatus*. Primeiro porque ele reduz o mundo aos fatos positivos e o aforismo 2.06 é claro ao dizer que ambos constituem a realidade; segundo, um fato positivo pode ser um recorte do mundo, mas o mundo não é o espaço lógico, é só um seu recorte; e terceiro, ele não atentou para o aforismo 1.13 que diz que os fatos no espaço lógico são o mundo. É claro que o conjunto dos fatos negativos não acrescenta um fato positivo ao mundo, mas nem por isso ele deixa de compor o mundo. Aqui, não se trata de questões empíricas e sim de uma definição lógica do mundo. O conjunto dos fatos positivos pode nos dar o conjunto dos fatos negativos, sim, mas não por ele mesmo. Os fatos negativos não resultam diretamente dos fatos positivos, mas sim indiretamente, pois, os fatos, sejam eles positivos ou negativos, são combinações possíveis de objetos – e estes não estão no mundo, mas são sua condição.

Nessa medida, a teoria pictórica é tributária dessa concepção de mundo, onde tanto os fatos positivos quanto os fatos negativos servem de material para a figuração. Uma pintura ou uma figuração é uma descrição do mundo e como tal são complexas. O mundo é essencialmente complexo e por isso deve ter componentes simples que dão forma aos fatos. Uma pintura ou figuração se não for pintura ou figuração do mundo não é pintura ou figuração de nada. A teoria pictórica é toda ela sobre o mundo. Acontece que o mundo é mais do que o que é o caso. O mundo é também o possível. Daí que o mais importante para a teoria pictórica não é tanto o mundo enquanto fato presente, mas o mundo enquanto fato possível. Figurar um fato não é o mesmo que afirmar a verdade ou a falsidade desse fato. É simplesmente dizer que ele é possível, ou seja, que, logicamente, falar sobre ele é um lance válido para a linguagem.

A teoria pictórica parte dos fatos efetivos, pois, para figurar é preciso partir de alguma coisa e isso parece contrariar a nossa afirmação de que o mais importante não são os fatos presentes. Todavia, esses fatos presentes, nos quais o mundo se resolve, determinam os fatos negativos. Ou melhor, as proposições ao serem analisadas remetem-nos aos simples, isto é, aos objetos. Estes dão-nos as condições de toda a realidade e porque não dizer, o mundo. Para o que pesa à lógica os fatos têm uma importância secundária, pois, representam o significativo, mas não o que importa, uma vez que o que importa está fora do mundo e, portanto, nada podemos falar ou descrever. O mundo está reduzido aos fatos por não haver nele necessidade. A teoria pictórica, então, é uma aplicação das possibilidades combinatórias de cor, tempo e espaço, gerando figuras as mais diversas. E cada composição dessas três formas é um fato novo e independente, quer dizer, que não tem implicação ou relação causal com outro.

O mundo é tudo que podemos dizer. A nossa linguagem é encarnada no mundo, de modo que não há fato que não possa ser dito ou pensamento com sentido que não possa ser compreendido. Se o mundo e seus fatos são secundários, as condições do mundo devem ser primárias, pois, as condições do mundo são as condições de qualquer mundo, de sorte que dadas as condições do mundo sempre haverá mundo e, por conseguinte, sempre haverá fatos. Se é assim, sempre haverá linguagem capaz de descrever o mundo. O que garante a nossa capacidade de dizer ou de descrever o mundo não são os fatos. Mas as condições do mundo e, por conseguinte, da linguagem.

O mundo é a realidade total e por ser a realidade total ele se resolve também em possibilidades. Por isso, uma das tarefas de nossa linguagem é construir modelos da realidade a fim de que possamos encenar situações possíveis que representam a nossa experiência de mundo. Por meio dos modelos que construímos na linguagem descobrimos fatos possíveis, uma vez que

O que pode existir é o que se pode pensar [...] Os limites da linguagem (e, portanto, do pensamento) são os limites do mundo, os limites do mundo são os limites da linguagem. Como não faz sentido perguntar se o azul claro

poderia ser mais escuro que o azul-marinho, não faz sentido perguntar se pode haver fatos no mundo essencialmente inacessíveis ao pensamento<sup>55</sup>.

Até onde for a linguagem vai o mundo. O mundo não está determinado causalmente por uma ordem empírica. O mundo está determinado sintaticamente pela lógica da linguagem. No *Tractatus*, o mundo empírico fica maior, uma vez que a nossa linguagem permite-nos fazer modelos da realidade que ocupem todo o espaço lógico. No *Tractatus*, o mundo não é reducionista nem expansionista, ele é lógico, ou seja, ele é o que for possível figurar e, portanto, descrever. Mas o mundo que se resolve em fatos encontra seu termo nas suas condições de possibilidade. Aqui esbarramos em um limite intransponível, isto é, aqui, o mundo acaba. Esses limites são a condição do mundo e da linguagem. Tais condições estão fora do mundo: elas são as relações afigurantes, isto é, relações entre nomes e objetos. É o próximo passo da nossa análise.

## 2.2 Nomes e Objetos

A teoria da figuração seria completamente irrelevante se a relação entre nomes e objetos não fosse a sua base de sustentação. De acordo com o *Tractatus*, a análise completa da linguagem deve conduzir-nos aos simples, isto é, aos nomes e aos objetos. Os primeiros constituem o fundamento da linguagem e os segundos a substância do mundo. A relação entre nomes e objetos é a condição de toda figuratividade e como nos ensina o aforismo 4.015, “A possibilidade de todos os símiles, de toda a figuratividade de nosso modo de expressão repousa na lógica da afiguração<sup>56</sup>.” Nesse sentido, vemos na relação afiguradora, a possibilidade de construção de modelos de mundos possíveis, pois, sendo nomes e objetos irreduzíveis, qualquer forma de figuração necessariamente deve contê-los como seus elementos últimos. E, por isso mesmo, nomes e objetos são o que garante o isomorfismo entre linguagem e mundo.

---

<sup>55</sup> SANTOS, Luiz Henrique L. “**A Essência da Proposição e a Essência do Mundo**”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p.103

<sup>56</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.015.

Como se sabe, a teoria da figuração tem um princípio básico, qual seja: que mundo e linguagem devem ter algo em comum, para que um seja um modelo do outro. Esse algo em comum é a forma da realidade que ambos compartilham. Contudo, esse isomorfismo, embora necessário não é suficiente para garantir o sentido da proposição que espelha o fato. Quem vai determinar o sentido da proposição é a relação entre nome e objeto. De acordo com Cuter,

Tão importante quanto notar a exigência do isomorfismo, porém, é notar sua insuficiência. Não basta que um fato seja isomorfo a outro para que o primeiro seja uma figuração do segundo. Por que o segundo não seria, afinal, figuração do primeiro? Mais ainda, dados dois fatos dotados da mesma forma lógica, deve haver dois pensamentos dotados da mesma forma lógica figurando aqueles fatos. Se o mero isomorfismo fosse suficiente para instaurar a figuração enquanto tal, estaria obviamente indeterminado qual fato é figurado por qual pensamento. Não é por outra razão que o **Tractatus** exige relações unidirecionais que associem os nomes aos objetos que eles nomeiam. São essas relações entre nomes e objetos que recebem o nome, ali, de ‘relações afigurantes’ (*abbildende Beziehungen*)<sup>57</sup>.

Assim, o isomorfismo é insuficiente para instaurar o sentido e quando ele ocorre o sentido já está determinado pela relação afigurante. Esta, sim, é capaz de instaurar o sentido, pois, se os nomes supõem nomeados, estes últimos determinam quais combinações são possíveis entre os nomes – e o modo como os nomes se relacionam mostra-nos como os objetos estão ou podem estar articulados. Isso faz com que proposições sejam como setas – apontem em uma direção determinação – e nomes sejam como pontos. Por assim dizer, as proposições giram em torno dos nomes, criando modelos descritivos dos nomeados em combinações determinadas, que se estiverem de acordo com a realidade são verdadeiros e caso não estejam são falsos. O nomeado é o conteúdo do nome e como tal é garantidor das condições de sentido.

As proposições, por sua vez, são funções de verdade das proposições elementares, que são independentes entre si e constituídas por nomes. Já os fatos, são a existência de estados de coisas e estes são formados pelos objetos. Tanto as proposições quanto os fatos não podem existir independentemente de seus constituintes. Já os nomes e os objetos que lhes constituem podem existir independentemente, embora, não isoladamente, ou seja, não podem existir “[...] fora da rede das possibilidades de sua

---

<sup>57</sup> CUTER, João V. “‘p’ diz p”. In. **Cadernos Wittgenstein**, n. 1, 2000, p. 62-63.

concatenação [...]”<sup>58</sup>. É essa características dos nomes e dos objetos que faz com que a linguagem seja um espelho do mundo. Enquanto a proposição é um modelo da realidade, procurando por um fato que lhe corresponda, o nome mostra algo da essência do mundo. A análise lógica deve mostrar que o nome, na linguagem, substitui o objeto, que é a substância do mundo. Conforme Salles,

Não tivesse o mundo substância, afirma o aforismo 2.0212, seria impossível traçar-lhe uma figuração. Da mesma forma e como uma sua contrapartida, ‘o postulado da possibilidade dos sinais simples é o postulado do caráter determinado do sentido’. Dada porém sua simplicidade essencial, não pode resolver-se a ligação entre nome e objeto salvo por uma relação de substituição. ‘O nome substitui, na proposição, o objeto. Os objetos, só posso nomeá-los. Sinais substituem-nos. Só posso falar *sobre* eles, não posso *enunciá-los*.’ Caso pudéssemos discernir razões para a ligação entre nomes e objetos, poderíamos enuncia-las<sup>59</sup>.

Como se vê, a relação afiguradora é puramente formal e, por isso mesmo, indescritível. Não obstante, ser indescritível não significa não poder nos ensinar nada sobre o mundo. A tarefa silenciosa da relação afiguradora é mostrar o estatuto lógico da estrutura última do mundo. Para isso, o mundo é esvaziado materialmente para que a linguagem seja capaz de criar as condições para a descrição das propriedades materiais, determinando o que é passível de descrição. Nesse caso, é por haver nome que postulamos que há objeto e o comportamento daquele nos mostra como se comporta este. Assim,

[...] que os nomeados possam articular-se entre si como os nomes se articulam na figuração é condição necessária para que esses nomes sejam nomes de seus nomeados, tanto quanto é condição suficiente de significatividade da figuração<sup>60</sup>.

A partir daí podemos inferir que a teoria da figuração permite-nos construir diferentes modelos da realidade por meio da proposição, pois, se a proposição é um modelo dos fatos, os nomes devem ser um modelo dos objetos. É por meio dos nomes que compreendemos como os objetos se comportam e chegamos a estabelecer que tipo de proposição é legítima, pois, como sabemos, os objetos são incolores e não podemos dizer o que eles são, embora possamos falar sobre eles, isto é, suas propriedades

<sup>58</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 22.

<sup>59</sup> SALLES, João C. “A noção de *Porträt* em Wittgenstein”. In. *O Retrato do Vermelho e outros ensaios*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 76-77.

<sup>60</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p.66.

externas, que só se apresentam no estado de coisas. Ou, se quisermos, expressemos isso à maneira de Griffin, “Que eu possa apenas dizer como uma coisa é, significa, segundo penso, que posso apenas dizer como é que um objeto está relacionado com outros objetos; isto é, posso apenas falar da sua configuração com outros objetos.”<sup>61</sup>

Conforme podemos ver, é a relação entre nomes que nos mostra como deve ser a relação entre objetos, pois, ainda de acordo com Griffin, “[...] o nomes *representam* objetos, as composições de nomes dizem alguma coisa sobre eles;<sup>62</sup>” Nesse sentido, o nome – o sinal simples – ganha relevante papel na teoria da figuração, já que, sendo ele a menor unidade para a articulação do sentido, na linguagem, e tendo que substituir o objeto – o simples no mundo – algo sobre o mundo é-nos ensinado. É o que está dito, de outro modo, no aforismo 2.15: “Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas estão umas para as outras.” Ou o aforismo 3.21: “À configuração dos sinais simples no sinal proposicional corresponde a configuração dos objetos na situação.” Por isso, Griffin afirma que “O interesse destes simples para a Lógica é semelhante ao dos pontos materiais para a Física.”<sup>63</sup> E segue ainda dizendo que

Os pontos materiais são imutáveis, na justa medida em que os físicos há muito falam destes. A mudança é sempre a mudança na configuração destes pontos; os próprios pontos nunca mudam; somente se agrupam e reagrupam. E ver-se-á que os pontos materiais são comuns a todos os mundos possíveis, desde que se observe que tudo o que podemos imaginar é inventar novos arranjos destes elementos simples; mais uma vez, tudo que pode variar é o modelo, nunca os elementos em si mesmos<sup>64</sup>.

Isso nos faz pensar que se a possibilidade de todos os símiles repousa na lógica da afiguração, então, devemos crer que sem os nomes e sem os objetos não haveria representação possível, uma vez que não seria possível determinar o sentido da figuração. Por serem nomes e objetos imutáveis, podemos ter um solo firme sobre o qual construir modelos do mundo, porque, qualquer que seja o mundo ele deverá ter o

<sup>61</sup> GRIFFIN, James. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto editora, 1998, p. 91.

<sup>62</sup> GRIFFIN, James. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto editora, 1998, p. 46-47.

<sup>63</sup> GRIFFIN, James. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto editora, 1998, p. 66.

<sup>64</sup> GRIFFIN, James. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto editora, 1998, p. 67.

simples como seu fundamento e qualquer que seja a linguagem que descreve esse mundo, também ela, deverá ter elementos simples que lhe permita dizer como está tal mundo.

Desse modo, os nomes e os objetos não devem ser somente pressupostos, pois, eles são necessários. Sem os nomes e os objetos o sentido ficaria indeterminado. Uma análise da linguagem deve conduzir, necessariamente, a nomes. E estes, necessariamente, devem substituir os objetos. Contudo, nomes e objetos, embora sejam necessários, não são auto-suficientes, já que o nome só é nome na proposição e o objeto só é objeto no estado de coisas. No aforismo 2.0122, Wittgenstein afirma que

A coisa é auto-suficiente, na medida em que pode aparecer em todas as situações *possíveis*, mas essa forma de auto-suficiência é uma forma de vínculo com o estado de coisas, uma forma de não ser auto-suficiente<sup>65</sup>.

Ou ainda, “Cada coisa está como que num espaço de possíveis estados de coisas. Esse espaço, posso concebê-lo vazio, mas não a coisa sem o espaço<sup>66</sup>.” Decorre daí que não podemos jamais ter um exemplar isolado de um nome ou de um objeto – por impossibilidade lógica. E caso alguém apresentasse um exemplo de um nome ou de um objeto, certamente não se trataria de um objeto mais de uma descrição ou de um complexo, pois, caso fosse um nome ou um objeto eles não se deixariam dizer, mas sim mostrar-se.

É exatamente por isso que as chamadas relações afigurantes não podem ser descritas. De acordo com Salles,

Como apenas a proposição tem sentido, a ligação entre nomes e objetos, elementos da linguagem e do mundo, cuja multiplicidade combinatória formal é um pressuposto essencial da possibilidade da significação, permanece ela própria inexpressa e infensa ao enunciado de uma sua

---

<sup>65</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 2.0122.

<sup>66</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 2.013.

qualquer razão. Inefável essa ligação entre coisas e nomes, inclusive por não poder ser expresso o porquê de uma atribuição, ela tão-somente se mostra<sup>67</sup>.

E também Griffin assim o faz ao dizer que

Há, certamente, uma conexão íntima entre a Doutrina do Mostrar e as chamadas propriedades e relações formais; de fato, a Doutrina do Mostrar pode ser expressa deste modo: o que pode ser dito na linguagem é que este objeto tem, de fato, esta propriedade ou está, de fato, nesta relação com este outro objeto; todavia, nada se pode dizer relativamente às propriedades formais dos objetos ou dos estados de coisas; propriedades e relações formais mostram-se<sup>68</sup>.

Esse é um limite intransponível. Sem ele não seria possível garantir o sentido da proposição. Nomes e objetos são pressupostos necessários e como tais não podem ser descritos, pois, o que é condição da linguagem não pode ser por ela enunciado. Relações entre nomes e objetos são relações formais. Contudo, tal fato ao invés de ser um vício, é uma virtude, pois, é porque nomes e objetos não podem ser descritos que podemos saber como funciona a estrutura última do mundo. E isso está dito literalmente, no tratado 2.0123: “Se conheço o objeto, conheço também todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas.” Conhecer um objeto não é o mesmo que ter um exemplar do objeto, o verbo *conhecer*, aqui, é empregado no sentido de *conhecer* as possibilidades combinatórias de ocorrência do objeto no estado de coisas. É por conhecer estas possibilidades do objeto que podemos compor ou decompor estruturas logicamente possíveis. Contudo, isso parece colocar-nos no lugar de Deus, pois, conhecer os objetos é o mesmo que conhecer suas propriedades internas e conhecer as propriedades internas é ser capaz de antever todos os possíveis estados de coisas.

Mas, só em parte o que enunciamos acima é verdadeiro, já que, bem sabemos, a lógica é diferente de sua aplicação. No mundo não há uma ordem *a priori*. De fato, é a análise lógica que nos conduz ao simples. Para Schmitz, por exemplo,

[...] se admitirmos que um fato pode ser compreendido por nós como uma figura de um estado de coisas (como tendo um sentido), então devemos admitir que há, em última análise, *objetos simples* não-analisáveis cuja

<sup>67</sup> SALLES, João C. “A noção de *Porträt* em Wittgenstein”. In. *O Retrato do Vermelho e outros ensaios*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 76.

<sup>68</sup> GRIFFIN, James. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto editora, 1998, p. 55.

existência não pode ser posta em questão, e que deveriam poder ser diretamente designados por substitutos eles próprios simples<sup>69</sup>.

Assim, como que num jogo de espelhos, a teoria da figuração dá-nos, por meio da análise, os objetos e estes, de volta, dão-nos todos os estados de coisas possíveis, de modo que chegamos à substância do mundo.

A substância do mundo abre-nos a possibilidade de criarmos mundos possíveis. Esses mundos possíveis são modelados a partir da forma dos objetos simbolizados por nomes. Como já fora dito, a forma dos objetos é o que garante o sentido da proposição, determinando que tipo de estrutura pode ser formada. A forma do objeto é comum também ao nome. Essa forma comum possibilita fazer ciência ou literatura, isto é, descrever o mundo efetivo ou inventar mundos possíveis, pois, a forma dos objetos é a possibilidade das diversas estruturas. Segundo Schmitz,

Os objetos e os nomes simples que lhes correspondem determinam um conjunto de estados de coisas, cada qual dotado de uma particular estrutura. Essas estruturas têm em comum o fato de serem estruturas possíveis nas quais podem se combinar objetos/nomes simples. Digamos que essas estruturas têm em comum uma certa *forma*, que nada mais é que o fato de que se trata de estruturas possíveis nas quais podem se combinar os objetos/nomes em questão. Se podemos comparar a figura com a realidade, é exatamente porque a estrutura do estado de coisas representado, assim como a estrutura do estado de coisas efetivamente realizado, são ambas estruturas possíveis para os objetos simples. Em outras palavras, essas duas estruturas são tornadas possíveis pela mesma forma; é isso que torna a comparação possível e permite à figura representar um estado de coisas<sup>70</sup>.

Por assim dizer, os objetos e os nomes dão-nos a forma do mundo e é por meio dessa forma que construímos modelos da realidade. Os modelos que fazemos da realidade têm menos haver com a estrutura do estado de coisas do que com a sua forma. As diversas estruturas só são possíveis por que existe uma plasticidade da forma comum a essas estruturas. As estruturas são todas contingentes, enquanto que a forma é necessária.

Saber que os objetos têm uma forma coloca-nos, diretamente, em contato com a estrutura última do mundo, pois, uma proposição elementar pode ser diretamente

---

<sup>69</sup> SCHMITZ, F. Wittgenstein. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p. 93.

<sup>70</sup> SCHMITZ, F. Wittgenstein. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p. 95.

comparada com a realidade para a verificação da realização ou não realização do estado de coisas que ela representa. Se a realização for verificada a proposição é verdadeira e, portanto, os objetos estão arranjados, exatamente, do mesmo modo que os nomes estão concatenados na proposição. Se não houver a realização, então, os objetos não estão arranjados do modo que os nomes mostram que estão, porém, poderiam estar. A forma dos objetos é a forma lógica, mas a estrutura que os objetos compõem, além da forma lógica pode ter a forma de afiguração, isto é, tempo, espaço e cor. E, tal qual um dia Jesus disse a Pedro que o que fosse por ele (Pedro) ligado na terra, seria também ligado no céu, o *Tractatus* mostra que o que for logicamente coordenado por nomes poderá ser também coordenado por objetos.

Nessa medida, entendemos que nomes, objetos e as relações entre eles só podem ser conhecidas por meio de modelos lógicos, ou seja, modelos apresentados por uma linguagem em ordem. Nomes, objetos, propriedades e relações são, digamos assim, formais e como tais só podem ser expressos por conceitos formais. No aforismo 4.126, Wittgenstein diz-nos que

No sentido em que falamos de propriedades formais, podemos também falar de conceitos formais. (Introduzo essa expressão para deixar claro o que funda a confusão entre os conceitos formais e os conceitos propriamente ditos, que perpassa toda a antiga lógica.) Que algo caia sob um conceito formal como seu objeto não pode ser expresso por uma proposição. Isso se mostra, sim, no próprio sinal desse objeto. (O nome mostra que designa um objeto; o numeral que designa um número, etc.)<sup>71</sup>

Os conceitos formais não têm lugar na linguagem corrente. São termos técnicos empregados por Wittgenstein em seu simbolismo lógico e que nos remetem à estrutura última do mundo, pois, “[...] conceitos formais são aqueles correspondendo às propriedades *formais*<sup>72</sup>” e, por isso mesmo, não podem ser expressos pela linguagem, uma vez que propriedades formais não se deixam dizer. Esse é bem o caso das relações afigurantes, isto é, relações entre nomes e objetos. Essas relações envolvem formas e propriedades que não podem ser ditas. É nesse sentido que entendemos que as relações afigurantes dão-nos modelos da realidade, pois, os próprios conceitos formais não

---

<sup>71</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.126.

<sup>72</sup> GRIFFIN, James. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto editora, 1998, p.55.

podem ser experienciados empiricamente, de modo que só nos resta elaborar modelos lógicos capazes de dar conta da estrutura última do mundo.

Esses modelos lógicos que podemos elaborar a partir das relações afigurantes fundamentam todo o fazer científico, pois que possibilitará a criação de teorias e hipóteses plausíveis. As relações afigurantes dão o campo de manobra do discurso científico, mas não só dele, de toda a linguagem significativa. Nessa medida é completamente irrelevante encontrar um exemplar de objeto ou nome, ou seja, de um simples. Encontrar um exemplar de um simples o tornaria um complexo porque ele passaria a ser descritível. O problema do simples resolve-se no simbolismo lógico capaz de criar modelos lógicos do mundo. A estrutura última do mundo não é material, mas sim formal. É por isso que chegar aos nomes e objetos é tão fundamental para compreender a teoria da figuração do *Tractatus*.

Não obstante, é preciso, agora, fazer o caminho inverso: do aspecto formal ao aspecto material do mundo. Se com os nomes e objetos temos a estrutura última do mundo, então, é preciso entender como podemos aplicar esses aspectos formais na linguagem cotidiana. Essa é a seara da proposição e do fato, os quais lidam com configurações que não nos permitem enxergar as características formais do mundo. Mas, assim deve ser, uma vez que a função da proposição não é mostrar a substância do mundo e sim descrever fatos. É do que trataremos na seção seguinte.

### 2.3 Proposição e Fato

Proposição e fato são termos intrinsecamente relacionados, tanto quanto o são a luz e a sombra e, por isso mesmo, podemos afirmar que a principal tarefa do autor do *Tractatus* era mostrar a natureza da proposição e, por conseguinte, quais seriam os fatos possíveis. “Em seus Cadernos, no dia 22 de janeiro de 1915, Wittgenstein escreveu: ‘Toda a

minha tarefa consiste em explicar a natureza da proposição<sup>73</sup>.” O resultado dessa tarefa é a teoria da figuração presente no *Tractatus*. E nessa obra, ele nos diz que “A proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensemos que seja.<sup>74</sup>” Ser uma figura ou um modelo da realidade é o mesmo que ser capaz de descrever um fato. Nessa medida, uma proposição é um fato que representa outro fato.

Por que Wittgenstein propunha-se como tarefa explicar a natureza da proposição? A resposta é simples: porque é, exatamente, na proposição, na expressão do pensamento, que se dão os equívocos da linguagem. Contudo, a simplicidade da resposta não significa que a tarefa seja fácil, pois, ninguém se engane, só é possível chegar à simplicidade com muito trabalho<sup>75</sup>. E nesse caso, Wittgenstein realizou um trabalho de demarcação lógica das fronteiras do dizível e do indizível, isto é, legislou sobre o que podemos falar e sobre o que devemos calar.

Sobre o que, então, podemos falar? Só podemos falar sobre fatos, situações contingentes e circunstanciais que constituem o mundo. Sendo assim, já se começa a esboçar um contorno da natureza da proposição, pois, ela lida com fatos e os fatos são meramente casuais, de modo que também as configurações linguísticas devem representar essas casualidades – sendo elas mesmas (as proposições) casuais. Só um fato representa outro fato e a proposição é um fato linguístico representado um fato do mundo. Essa relação entre proposição e fato é uma relação entre complexos, onde um espelha o outro. Temos certeza de que a proposição é um complexo porque a análise lógica nos leva a proposições elementares e, portando, à representação de fatos elementares, ou se quisermos, proposições e fatos atômicos. A proposição atômica e o fato atômico devem ser reduzidos aos seus componentes simples: nomes e objetos respectivamente.

---

<sup>73</sup> *Apud* SCHMITZ, F. Wittgenstein. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p. 83.

<sup>74</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.01.

<sup>75</sup> Frase de Clarice Lispector em *A hora da estrela*.

Em linhas gerais, uma proposição é um complexo que representa um fato. Esse complexo pode representar um estado de coisas possível, mas também pode não representar nada. Nesse caso, ele não tem sentido e, conseqüentemente, provoca aquilo que Wittgenstein chamou de embaraços da linguagem. Segundo o filósofo austríaco, para dissolver os embaraços da linguagem era preciso uma análise lógica da proposição. A análise correta levaria-nos às proposições elementares. Essas, sim, poderiam ser comparadas diretamente a fatos atômicos provando-se verdadeiras ou falsas – ou, sem sentido uma combinação de sinais que se apresente como uma proposição, mas que não passa de um amontoado de sinais que não simboliza nada.

É verdade que também as proposições complexas representam fatos e que podem – até devem – ser comparadas à realidade a fim de que se estabeleça a verdade ou falsidade do fato afigurado. Não obstante, as proposições complexas são funções de verdade das proposições elementares e embora possam representar fatos elas têm maior vagueza que as proposições elementares. Aliás, diga-se de passagem, é por meio das proposições complexas que surgem as maiores confusões filosóficas, porém, no nível das elementares descobre-se que as confusões filosóficas não passam de *nonsense*. Certamente as proposições complexas não representam menos que as elementares, mas, uma vez que a linguagem é um traje que disfarça o pensamento<sup>76</sup>, é só no nível das elementares que dissolvemos os embaraços da linguagem e descobrimos que as chamadas proposições filosóficas não chegam a ser proposição. É por isso que Margutti diz que,

A Teoria Pictórica estabelece uma estreita correspondência entre a proposição e o fato que ela descreve. Isso mostra que o postulado transcendental,<sup>77</sup> que até então tinha sido pensado apenas do ponto de vista lingüístico, tem uma contrapartida extralingüística: para fazer sentido, a proposição atômica tem de descrever um fato atômico; do mesmo modo que

---

<sup>76</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.002.

<sup>77</sup> Achamos por bem explicar o que Margutti quer dizer com postulado transcendental do *Tractatus*: uma proposição complexa só tem sentido porque a análise completa da linguagem pode chegar a proposições atômicas constituídas por signos simples.

a proposição atômica deve ser composta de signos simples, o fato atômico deve ser composto de objetos simples<sup>78</sup>.

Nesse nível, dar-se o espelhamento entre proposição atômica e fato atômico, de modo que o sentido é estabelecido por uma identidade formal entre ambos – condição do sentido. É esse o nível mais elementar em que as proposições são consideradas modelos dos fatos, pois, os estados de coisas são formados pelos nomes que constituem as proposições elementares e os fatos atômicos representados pelas elementares constituem a totalidade do mundo – a despeito das proposições complexas. Aqui, não há lugar para embaraços linguísticos ou para combinações de sinais que nada simbolizam. O nível atômico é aquele em que “A proposição *mostra* seu sentido. A proposição *mostra* como estão as coisas *se* for verdadeira. E *diz que* estão assim<sup>79</sup>.” Também as proposições complexas fazem isso, mas o fazem porque são um complexo de elementares<sup>80</sup>. E esse é um ponto central da teoria da figuração, pois, abre duas possibilidades para a proposição: *dizer* o contingente e *mostrar* o necessário. À primeira vista, parece que o nível do *dizer* pode dizer tudo, inclusive descrever os nomes e objetos, relações afigurantes e mesmo a forma lógica. No entanto, o nível do dizer restringe-se às concatenações que formam as proposições, ou seja, à linguagem ordinária propriamente dita. Mas, como todo edifício de muitos andares e com vários cômodos tem o seu alicerce bem fundado muitos metros em terra firme, a linguagem também tem as suas bases ocultas a fim de sustentar as edificações arquitetadas pelo uso da linguagem. *Mutatis mutandis*, as bases de construção ainda não são a construção, mas são condição para tal. E, no caso da linguagem, é preciso uma escavação lógica para exhibir o que a linguagem não pode dizer.

---

<sup>78</sup> MARGUTTI, Paulo R. *Iniciação ao silêncio: Análise do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 163.

<sup>79</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.022.

<sup>80</sup> É óbvio que isso não diminui a capacidade figurativa da proposição complexa. É óbvio também que uma combinação de palavras que do ponto de vista gramatical esteja correta, mas que do ponto de vista da lógica não seja legítima não pode ser uma proposição. Contudo, preferimos focar nas proposições elementares, uma vez que elas são função de si mesmas e independentes uma da outra. Isso corrobora com o nosso propósito, que é tratar da noção de modelo no Tractatus. Com as elementares podemos expandir as consequências da noção de modelo para o mundo: por exemplo, que a causalidade está baseada em crença.

Destarte, esse modo de as proposições se comportarem, explicitado pela investigação de Wittgenstein, causou estranheza em Russell, levando-o a ser bastante irônico, na introdução que fez ao *Tractatus*, onde ele afirma que o que lhe provoca “[...] hesitação é o fato de que o Sr. Wittgenstein no final das contas, consegue dizer uma porção de coisas sobre o que não pode ser dito [...]”<sup>81</sup> Nesta passagem, Russell refere-se à parte mística da obra, isto é, à impossibilidade de por em palavras a estrutura comum ao fato e à proposição. Russell não aceitava que o processo de análise lógica da proposição parasse em um ponto que não fosse analisável e por isso ele foi duramente criticado por Wittgenstein. Russell não entendia a necessidade – em sentido estrito – de a linguagem ter elementos que não fossem analisáveis e tomou a parte mística do *Tractatus* como uma aberração. Era difícil para o filósofo inglês entender que, no nível transcendental, o que é condição para a linguagem ainda não é linguagem e por isso mesmo não pode ser posto em palavras (ou outra forma qualquer de representação). No nível mais profundo do *mostrar* estamos absolutamente reduzidos ao silêncio, porque já não há mais linguagem, tudo que encontramos são os elementos que dão condições para uma linguagem em ordem.

Mas nada disso está à mostra. É preciso um minucioso trabalho de análise que nos conduza às proposições elementares (ou atômicas), pois, só elas podem ser diretamente comparadas à realidade, isto é, as fatos que compõem o mundo. Tal redução das proposições complexas a proposições atômicas deixa a realidade restrita a um *sim* ou *não*<sup>82</sup>, isto é, o postulado da bipolaridade determina que só têm sentido proposições que possam ser ou verdadeiras ou falsas. De certo modo, é por conta da estrutura das proposições atômicas que só a ciência pode fazer um discurso legítimo sobre o mundo. Proposições lógicas, matemáticas ou filosóficas são destituídas de sentido, ou seja, não têm condições de verdade. Elas não estão restritas a um *sim* ou a um *não*. Elas pretendem descrever, exatamente, aquilo que a sintaxe lógica não permite descrever. Desse modo, a natureza da proposição é tal que o discurso sobre os fatos está limitado à

---

<sup>81</sup> RUSSELL, Bertrand. Introdução ao *Tractatus*. São Paulo: Editora da USP, 2008, p. 127.

<sup>82</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.023.

ciência e, por isso mesmo, só as proposições científicas são legítimas. Proposições lógicas, matemáticas e filosóficas são sem sentido.

O fato de a proposição ser um modelo da realidade gera a possibilidade de comparação com a realidade. Isso traz um ganho duplo para a teoria pictórica: a) o primeiro é que a proposição atômica, podendo ser diretamente comparada com o estado de coisas possível, estabelece-se um critério objetivo para a verdade ou falsidade da proposição; b) e o segundo é que antes de poder ser verdadeira ou falsa ele deve ter condições de verdade, isto é, deve poder representar um fato possível e isso mostra-nos, muito claramente, que o sentido independe da existência do fato afigurado, pois, “A proposição constrói um mundo com a ajuda de uma armação lógica, e por isso pode-se muito bem ver na proposição como está, *se* ela for verdadeira, tudo que seja lógico. Pode-se *tirar conclusões* de uma proposição falsa<sup>83</sup>.” Este segundo aspecto é estritamente lógico, sendo condição para toda e qualquer linguagem. O primeiro aspecto é ontológico e mais do que ser um critério objetivo para a verdade ou falsidade da proposição, ele também é um critério de correção, pois, é ele que possibilita que sinais que não simbolizam nada e se comportam como proposição, ou sejam descartados, ou sejam adequados à uma forma representativa dentro de uma notação correta, mais isso só após serem comparados à realidade.

A necessidade de comparação com a realidade ou de correção de pseudoproposições decorre do fato de as proposições serem um modelo da realidade. Isto quer dizer que a proposição figura fatos possíveis, por isso a comparação é fundamental para o estabelecimento da verdade ou falsidade da proposição. Uma vez cotejada com a realidade podemos, então, dizer que “[...] proposições verdadeiras representam fatos, proposições falsas não representam nada<sup>84</sup>.” Isso é fundamental para entendermos porque não pode haver proposições na lógica, na matemática e na filosofia. Se a

---

<sup>83</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.023.

<sup>84</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “**A Essência da Proposição e a Essência do Mundo**”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 47.

realidade está restrita a um sim ou a um não, se “A realidade total é o mundo<sup>85</sup>” e se “A totalidade das proposições é a linguagem<sup>86</sup>”, então, só é linguagem o que pode descrever fatos. E embora as proposições falsas não representem nada elas têm condições de sentido, pois, “O que habilita uma proposição a representar um fato possível habilita sua negação a representar um fato possível<sup>87</sup>.” A proposição falsa tem sentido porque tem o mesmo estatuto lógico que a proposição verdadeira e isso é suficiente para garantir-lhe condições de verdade, ou seja, para que ela possa ser confrontada com o mundo.

Isso as proposições lógicas não fazem, pois, são necessárias. As proposições matemáticas também não cumprem esse requisito, uma vez que não existem objetos matemáticos, os quais a proposição matemática possa representar. Ou ainda, conforme Wallner,

[...] a matemática não expressa nenhum pensamento, não porque ela não forneça nenhuma imagem dos ‘fatos’(essa palavra deve ser aqui, naturalmente, compreendida como terminus technicus no sentido de Wittgenstein!), mas sim, porque ela não necessita da referência aos fatos<sup>88</sup>.

As proposições filosóficas, por sua vez, também não formulam proposições legítimas. Elas não têm condições de verdade, o que quer dizer que elas são sem sentido ou contrasensos. No entanto, o motivo pelo qual as proposições da filosofia não têm sentido é muito diferente do motivo pelo qual as proposições da lógica e da matemática não têm sentido. De acordo com Lopes dos Santos, as proposições lógicas, as equações matemáticas e os princípios naturais carecem de sentido, não representam nada, mas contribuem com a representação proposicional<sup>89</sup>. No caso das proposições filosóficas, o

---

<sup>85</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 2.063.

<sup>86</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.001.

<sup>87</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p.55.

<sup>88</sup> WALLNER, Friedrich. *A obra filosófica de Wittgenstein como unidade: reflexões e exercícios em relação a uma nova concepção de filosofia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 20.

<sup>89</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 100.

mesmo não acontece, pois, o que elas pretendem representar está além dos limites da linguagem e por isso elas redundam em contra-sensos.

Com elas os filósofos pretendem representar a estrutura essencial e os fundamentos absolutos do mundo. Nada que seja contingente interessa, por si só, à filosofia. Por definição, às proposições filosóficas caberia representar o que, por definição, não pode ser representado proposicionalmente. Por definição, a roupagem proposicional não cabe na filosofia. Quando se tenta impingir-lhe essa roupagem, o resultado é sempre um contra-senso<sup>90</sup>.

Isso acontece porque as chamadas proposições filosóficas ao tentarem representar a estrutura última do mundo articulam sinais que não são símbolos e que, portanto, não representam fatos. Os fatos são todos contingentes. Na passagem citada acima, porém, fica claro que o contingente não interessa à filosofia. A filosofia lida com o absoluto – terreno completamente estranha para uma proposição autêntica.

Disso tudo, tem um aspecto que nos interessa sobremaneira. Ao investigar a natureza da proposição Wittgenstein estabelece a linha de fronteira entre o discurso legítimo e o discurso ilegítimo. Desse modo, legitima a ciência, ou melhor, o discurso científico e rechaça a pretensão de discurso legítimo da lógica, da matemática e da filosofia. Para determinar esses limites Wittgenstein faz uma distinção fundamental: separa o sinal proposicional da proposição. É claro que se trata de uma separação analítica, pois, do ponto de vista prático, o sinal proposicional exhibe a proposição – mas não são o mesmo. Todavia, tudo que pertence ao sinal proposicional, no que tange à lógica, pode ser descartado, interessando apenas o que o sinal simboliza. É necessário que tenha um sinal, mas não importa qual seja esse sinal. Podemos dizer que essa distinção provoca uma desmaterialização da proposição.

É isso que Glock está nos sugerindo ao dizer que

Segundo a TEORIA PICTÓRICA, as proposições são ‘figurações lógicas’ da realidade (TLP 2.18 – 2.19, 3, 4.03). Seus elementos – os nomes – são sucedâneos dos elementos da situação afigurada. Não é, entretanto, o signo proposicional, ele mesmo, que representa, mas sim o fato de que esses elementos encontram-se dispostos de uma forma que, dados um método de

---

<sup>90</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 101.

projeção e as regras da SINTAXE LÓGICA, representa um arranjo de objetos<sup>91</sup>.

No final das contas, a teoria pictórica é uma referência explícita à estrutura última do mundo. Por isso a materialidade do mundo e dos sinais que o representam é irrelevante. Ao fim e ao cabo, o que importa é quais tipos de relações são possíveis. Um modelo lógico não poderia implicar características materiais, mas só relações internas. Isso é o que importa para a lógica a fim de que a proposição possa ser um modelo, pois, não se trata de uma linguagem para descrever esse mundo, mas de uma linguagem para descrever qualquer mundo possível. Sendo assim, não importa de que tipo de matéria o mundo é constituído, nem mesmo que tipo de matéria pode expressar uma proposição. O que importa é quais condições lógicas legislam sobre a matéria do mundo e dos sinais.

Esses modelos lógicos são melhor representados pelas proposições elementares. Sabemos que uma proposição complexa representa um fato tão bem quanto uma elementar, caso ela esteja em ordem. Entretanto, não é no nível das complexas que se resolvem os problemas da linguagem. Tanto é assim que a análise lógica é necessária para chegar às elementares que, de modo mais direto, se comportam como modelos da realidade. Querendo ou não, as proposições complexas dependem da legitimidade das proposições elementares. As proposições complexas podem nos dar uma falsa ideia do comportamento dos fatos. É certo que as elementares também podem ser falsas, mas por uma série de motivos, que iremos expor em seguida, elas representam mais fidedignamente a realidade.

No *Tractatus*, não temos sequer um exemplo de proposição elementar – exceto uma notação lógica que representa uma elementar: “p”. Chegar às elementares é um trabalho de aplicação da lógica, mas a tarefa de Wittgenstein era determinar os critérios para a aplicação da lógica. Por isso mesmo, ele se preocupou em demonstrar a necessidade lógica das proposições elementares e o modo como elas deveriam se comportar, de sorte que, sabendo como uma elementar se comporta, por conseguinte, saberemos como um

---

<sup>91</sup> GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 289.

fato atômico também se comporta. Assim, por meio das elementares temos modelos da realidade e podemos compreender como a estrutura última do mundo se comporta.

Essa é uma descoberta extraordinária de Wittgenstein, pois, com as elementares ele, a um só tempo, *mostra* o que não pode ser dito e *diz* o que não se pode mostrar. E, aqui, não se trata de mero jogo de palavras. Vejamos: 1 – as elementares devem ser constituídas de nomes; esses nomes substituem os objetos na proposição; os objetos são a substância do mundo. Isso é uma exigência lógica para a determinação do sentido da proposição. Mas, além de determinar o sentido, a elementar mostrar a substância do mundo, ou seja, ela mostra aquilo sobre o qual não podemos falar. 2 – As elementares devem ser independentes umas das outras, visto que se houvesse implicação lógica entre as elementares elas seriam complexas e, portanto, a análise lógica não teria sido completa, restando ainda algo de vago na determinação do sentido. A independência lógica das elementares são modelos da independência lógica dos fatos. Esse postulado dá um duro golpe na noção de causalidade, pois, se uma proposição elementar não pode está em contradição com outra elementar, também um fato não pode contradizer outro. 3 – Por último, as elementares devem ser positivas, isto é, não pode haver proposição elementar negativa. Pode, sim, existir a negação da elementar, mas não elementar negativa, pois, fatos negativos não existem (a negação é uma operação lógica sobre as elementares).

Deste modo, as proposições elementares são o vértice da teoria pictórica. Elas, por serem compostas por nomes *mostram* a estrutura última do mundo e por serem as menores unidades significativas *dizem* como está o mundo. É nesse sentido que elas são um modelo da realidade, porque elas não só devem nos ajudar a entender a realidade, elas devem mostrar como a realidade deve se comportar. O *Tractatus* não nos dá exemplos de proposições elementares, mas estabelece os critérios para que as encontremos. Portanto,

[...] proposições elementares devem necessariamente existir, de modo a garantir que a análise de proposições tenha um fim, que o sentido das proposições seja determinado, que não ocorram lacunas nos valores de

verdade e que uma proposição não dependa de fatos empíricos para ter sentido<sup>92</sup>.

Por necessidade lógica, a proposição é um modelo dos fatos. Um tipo de modelo que tem por interesse não o aspecto externo do fato, mas sua constituição íntima, o modo como são dadas as relações. Por isso o *Tractatus* não nos dá um exemplo de proposição ou fato atômico, porque o interesse de Wittgenstein é mostrar-nos como tais fatos – proposição e o fato afigurado – devem comportar-se logicamente a fim de que um seja um modelo do outro. Sendo que os modelos são mais lógicos do que empíricos e conhecer sua natureza depende de uma investigação que, sendo ela mesma lógica, remete-nos ao transcendental.

### 3 ENTRE O TRANSCENDENTAL E O EMPÍRICO

Neste terceiro capítulo, buscamos entender as condições sob as quais a linguagem pode ser considerada um modelo da realidade. Tentaremos primeiro entender em que medida uma investigação sobre a linguagem pode ser uma investigação transcendental, isto é, quais são as condições de possibilidade de qualquer linguagem. Seguiremos buscando as condições empíricas para o uso da linguagem e que papel essas condições cumprem na representação de um modelo proposicional. Por último, tentaremos entender o que vem a ser o método de projeção e qual a sua função em uma teoria da linguagem como modelo proposicional, pois, parece-nos que sem o método de projeção os sinais sensíveis que servem de matéria para a linguagem jamais seriam símbolos de fatos linguísticos.

#### 3.1 Uma investigação transcendental

O projeto investigativo do *Tractatus* não peca por falta de ambição. Wittgenstein, ao seu modo, faz uma investigação que o leva à essência da linguagem e, por conseguinte, do

---

<sup>92</sup> GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 291.

mundo. Sendo o *Tractatus* um livro de investigação lógico-filosófica, ele tem por objeto o que é essencial. Nessa medida, o *Tractatus*, deliberadamente, conspira contra a própria letra, pois, ao investigar a essência da linguagem o que ele faz é, exatamente, o que os seus aforismos proibem. Contudo, a investigação não tem um resultado inócuo, já que uma investigação sobre a essência da linguagem mostra-nos algo sobre as condições transcendentais que a linguagem tem de cumprir para ser capaz de descrever o mundo.

É sintomático que Wittgenstein diga-nos, no prefácio, que “O livro trata de problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem<sup>93</sup>” e em seguida escreva, no primeiro aforismo, que “O mundo é tudo que é o caso.” Relacionando essas duas passagens podemos inferir que os problemas filosóficos referem-se a tentativas de formular questões sobre o mundo, mas precisamente, sobre tudo que seja o caso. A dificuldade é que os problemas filosóficos, em sentido tractariano, não se referem ao mundo empírico, mas ao que é necessário e absoluto. Por isso as tentativas de solucionar os problemas do mundo por meio da filosofia geram contra-sensos. Os problemas do mundo empírico solicitam respostas científicas e não filosóficas.

No entanto, uma investigação filosófica sobre o mundo deve conduzir-nos a elementos transcendentais que garantam as possibilidades de descrição do mundo, e por que não dizer, dos fatos que constituem o mundo. Desse modo, a ontologia do *Tractatus* é apresentada como uma das exigências lógicas que garantem a legitimidade de um discurso em ordem. A ontologia só entra em cena quando, no nível fático, a proposição é comparada com a realidade. Por assim dizer,

[...] ao invés de constituir-se numa autêntica investigação do mundo, ‘a parte ontológica do **Tractatus**’ vem a ser uma exposição da maneira como o mundo deve estar estruturado para que a linguagem possa descrevê-lo. Esta ‘teoria do mundo’ é, portanto, caudatária de uma ‘teoria da linguagem’, da qual ela constitui-se tão somente numa contrapartida ontológica. É isto que Wittgenstein parece ter em mente quando diz que ‘dar a essência da

---

<sup>93</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, p. 131.

proposição quer dizer dar a essência de todas as descrições e, por conseguinte, a essência do mundo<sup>94</sup>.”

Acontece que a essência de todas as descrições e a essência do mundo não podem ser dadas empiricamente, mas só a partir de uma análise exigida lógico-transcendentalmente. Tal análise impõe a necessidade de componentes últimos garantidores de sentido às proposições, por um lado, e de conteúdo aos fatos, por outro.

Ainda no prefácio à obra, Wittgenstein diz-nos que “O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos<sup>95</sup>.” A expressão dos pensamentos é a linguagem e o seu limite só pode ser determinado a partir de um ponto de vista lógico-transcendental. Essa é a maior virtude do *Tractatus*: mostrar que linguagem, pensamento e mundo convergem para as condições transcendentais do que é possível. Isso só poderia ser feito por meio da linguagem, uma vez que, sendo o pensamento um fato psíquico, ele é inacessível a outro sujeito; sendo os acontecimentos do mundo externos às mentes individuais, nada garantiria que duas pessoas teriam a mesma impressão sensível. De modo que só a linguagem poderia unificar mundo e pensamento e, assim, o que a investigação sobre a linguagem revelar sobre seus constituintes poderá ser estendido ao mundo e ao pensamento, pois, todos devem ter algo em comum: a forma da realidade.

Sendo o mundo a totalidade dos fatos<sup>96</sup> e a linguagem a totalidade das proposições<sup>97</sup> percebemos que tanto os fatos quanto as proposições são complexos e que uma investigação que busca a essência da proposição deve decompor tais complexos em suas partes constituintes. Os complexos representam situações contingentes e casuais, mas devem ter algo de imutável, de essencial, que permita que as situações sejam montadas.

---

<sup>94</sup> MARQUES, Edgar D. “Sobre a Distinção entre *Tatsache* e *Sachverhalt* no *Tractatus Logico-philosophicus* de Ludwig Wittgenstein”. In. *O que nos faz pensar*. Rio de Janeiro, 1991, p. 56.

<sup>95</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, p. 131.

<sup>96</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 1.1.

<sup>97</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.001.

É como uma tela, que o pano de fundo permite que as composições de cores façam emergir figuras na superfície, enquanto ele permanece discreto, quase imperceptível. O aforismo 4.2211 diz que

Ainda que o mundo seja infinitamente complexo, de modo que cada fato consista em uma infinidade de estados de coisas e cada estado de coisas seja composto de uma infinidade de objetos, mesmo assim deveria haver objetos e estados de coisas<sup>98</sup>.

Essa é uma marca do postulado transcendental presente no *Tractatus*. “Deve haver objetos e estados de coisas”. Não é uma prova empírica que irá demonstrar isso, mas sim a imposição da lógica, pois, que haja objetos e estados de coisas é necessário para que proposições tenham sentido e fatos tenham conteúdo. O nível transcendental é condição de possibilidade para o nível fatural. De acordo com Margutti,

[...] podemos dizer que, por um lado, no nível dos fatos do mundo, a análise desemboca nos fatos atômicos, que ainda possuem alguma complexidade, já que são determinados por múltiplas coordenadas; por outro, no nível transcendental, a análise desemboca nos objetos, que não possuem qualquer complexidade, já que cada um constitui, isoladamente, uma coordenada individual que só determina um fato atômico quando combinada com outra. [...] Assim como os signos simples constituem uma parte importante do postulado transcendental da análise completa da proposição, os objetos simples constituem uma parte importante do postulado transcendental da análise completa da situação do mundo<sup>99</sup>.

Curiosamente, nomes e objetos não sendo descritíveis, são o que possibilita o sentido de toda e qualquer descrição. É no plano transcendental que as possibilidades da realidade são dadas. É no plano transcendental que o mundo é construído com a ajuda de uma armação lógica<sup>100</sup>. A realidade é construída com independência da experiência empírica, pois, no plano transcendental estão dadas todas as possibilidades combinatórias de nomes e objetos, ou seja, de formar proposições e fatos.

A investigação transcendental levada a cabo, no *Tractatus*, mostra-nos que o mundo deve ter uma substância (os objetos) e que a linguagem também deve ter uma substância

<sup>98</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.2211.

<sup>99</sup> MARGUTTI, Paulo R. *Iniciação ao silêncio: Análise do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 182-183.

<sup>100</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.023.

(os nomes). Isso é suficiente para mostrar que o limite da linguagem aponta para o limite do mundo e que a linguagem tem a mesma forma que o mundo.

Chega-se assim facilmente à idéia de que na realidade há, em última análise, *substâncias* individuais que ‘têm’ *propriedades* que compartilham com outras substâncias individuais. [...] É isso que nos assegura que o que dizemos tem, ao menos, a possibilidade de se verdadeiro<sup>101</sup>.

A verdade ou a falsidade dos enunciados é algo que se decide empiricamente, mas o sentido dos enunciados é determinado transcendentemente. A redução do ontológico ao lógico implica na subsistência do simples, isto é, nomes e objetos. Os nomes e objetos subsistem, no nível transcendental, necessariamente, como elementos fixos e imutáveis da linguagem e do mundo. As concatenações de nomes devem mostrar como os objetos estão arranjados, formando estado de coisas. Se o estado de coisas existe, então, temos um fato. Se o estado de coisas não existe, então, temos uma possibilidade de um fato representada pela concatenação dos nomes subsistentes.

O nível transcendental garante a possibilidade da verdade porque supõe que o mundo tem uma substância a partir da qual fatos são constituídos. É por isso que uma proposição além de ter sentido, tem condições de verdade. O nível transcendental garante a possibilidade de comparação da proposição com a realidade. Em sentido técnico, “A realidade total é o mundo<sup>102</sup>” e “O mundo resolve-se em fatos<sup>103</sup>.” Todos os fatos que formam o mundo são fatos possíveis no nível transcendental, pois, “Na lógica nada é casual: se a coisa *pode* aparecer no estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar prejudgada na coisa<sup>104</sup>.” Os fatos nada mais são que combinações variáveis de objetos (que são fixos).

Isso faz com que o ganho da investigação transcendental de Wittgenstein seja extraordinário para a pesquisa científica e para a epistemologia. O *Tractatus* não é um

---

<sup>101</sup> SCHMITZ, F. Wittgenstein. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p. 63.

<sup>102</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 2.063.

<sup>103</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 1.2.

<sup>104</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 2.012.

livro de ciência nem de epistemologia, mas estabelece as condições para que se possa fazer boa ciência e boa epistemologia. Chegando à estrutura do mundo a partir da estrutura da linguagem pôde-se tirar conclusões sobre quais problemas eram relevantes e quais irrelevantes, pois, o conhecimento só pode ter o mesmo alcance que tem a linguagem. Assim, ficou claro que só há questões relevantes na ciência.

O mundo deve comportar-se da maneira que se comporta a linguagem. Mas dizer isso é insuficiente, é preciso mostrar que os fundamentos do mundo e da linguagem são os mesmos. A redução das proposições complexas às proposições elementares e das elementares aos nomes exhibe tal estrutura impronunciável. E essa estrutura sobre a qual não se pode falar é o elo transcendental que possibilita que pensamento, linguagem e mundo, num certo sentido, sejam o mesmo. Quem deve exhibir a estrutura do mundo são os nomes (que são a estrutura da linguagem), pois, cada nome nomeia um objeto no mundo, de tal sorte que uma concatenação de nomes representa uma concatenação de objetos e, por assim dizer, uma proposição elementar representa um estado de coisas.

É, precisamente, na relação entre nomes e objetos, que o aspecto transcendental da linguagem e do mundo torna-se manifesto. Como se sabe, o nome só existe na proposição e o objeto só existe no estado de coisas. No entanto, nomes e, por conseguinte, objetos podem aparecer em mais de um estado de coisas. Isso revela que eles têm uma forma comum que permite modelar diversas situações possíveis. E essas situações já devem estar previstas nos nomes e objetos porque elas não podem surgir por acaso. Essa é uma marca do transcendentalismo do *Tractatus*. As possibilidades dos estados de coisa são possibilidades lógicas e “A lógica trata de cada possibilidade e todas as possibilidades são fatos seus<sup>105</sup>.” Ou, de acordo com Margutti,

[...] podemos afirmar que, embora o objeto possa ocorrer em mais de um fato atômico, o primeiro só existe na articulação do segundo. Em outras palavras, embora uma coordenada transcendental possa determinar mais de um ‘ponto’ no espaço do sistema de referência, ela só existe quando determina um ‘ponto’ específico. Desse modo, enquanto pode entrar na composição de mais de um fato atômico, o objeto é auto-suficiente; todavia, enquanto se acha

---

<sup>105</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 2.0121.

essencialmente vinculado ao fato atômico, o objeto dele depende para existir. O objeto só existe no interior do fato atômico; isoladamente, ele apenas ‘subsiste’ (no nível transcendental)<sup>106</sup>.

Inclusive, é esse nível transcendental que permite a aplicação da lógica, pois, é por meio das situações possíveis modeladas pelos objetos que podemos, por exemplo, trabalhar com probabilidades e construir generalizações ou séries formais, pois, aqui, não se trata de conhecer o fato, mas de saber algo sobre sua forma<sup>107</sup>. Isso é suficiente para realizar as chamadas operações lógicas sobre as proposições. Esse aspecto transcendental é um traço fisionômico da teoria pictórica, aspecto esse que, não estando no mundo, permite-nos construir um mundo com a ajuda de uma armação lógica. De fato, “A lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo. A lógica é transcendental<sup>108</sup>.” E transcendental aí quer dizer que ela independe da experiência, gerando as condições para toda experiência possível.

Porque a lógica é transcendental ela basta a si mesma. Sendo condição para tudo ela não pode ser condicionada por nada. Por isso mesmo ela é o limite do mundo, ou melhor, determina esses limites. O mundo, digamos assim, e suas representações têm sentido porque há neles uma lógica que possibilita as relações internas entre objetos, as quais são representadas por nomes. Nesse caso, o sujeito metafísico mencionado, no *Tractatus*, não pode ser uma das condições do sentido. Esse sujeito é dissolvido na lógica, como bem mostra o aforismo 5.632: “o sujeito não pertence ao mundo, mas é um limite do mundo.” Esse sujeito, é verdade, podemos chamá-lo de transcendental, pois, ele é um limite do mundo, mas não podemos dizer que ele é o doador de sentido das relações afigurantes.

Cuter defende que o sujeito transcendental é condição necessária para o sentido proposicional, afirmando que

---

<sup>106</sup> MARGUTTI, Paulo R. *Iniciação ao silêncio: Análise do **Tractatus** de Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 179.

<sup>107</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 5.156.

<sup>108</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 6.13.

[...] o sujeito transcendental tractariano, longe de ser um capricho imotivado, ou um acidente biográfico filosoficamente irrelevante, é uma necessidade lógica. Tentarei mostrar, *diz Cuter*, que ele é ‘transcendental’ nos dois sentidos mais importantes da palavra: em primeiro lugar, porque é uma condição absoluta de possibilidade de um certo âmbito; em segundo lugar, porque está absolutamente excluído desse mesmo âmbito. O âmbito, no caso, é o do sentido. Sendo assim, para mostrar que o sujeito é transcendental, terei que mostrar, antes de tudo, que, sem a sua intervenção, o sentido proposicional não tem como se constituir<sup>109</sup>.

Que o sujeito seja transcendental não há problemas, está no *Tractatus* que “[...] num sentido importante, não há sujeito algum: só dele *não* se poderia falar nesse livro<sup>110</sup>.” Aceitamos que o sujeito faça parte daquele núcleo transcendental da obra, mas não para que ele constitua o sentido proposicional. O sujeito está postado nos limites do mundo para cumprir uma tarefa que Cuter identificou corretamente, mas enunciou equivocadamente:

Na base de toda figuração, portanto, *tem que existir* aquilo que poderíamos chamar de um *ato doador de sentido*: um ato que institui a relação afigurante entre nome e objeto. [...] Esse ato, portador de uma assimetria essencial que visa um elemento de fato como nome de um objeto, pode perfeitamente ser descrito como uma intencionalidade atuando fora do mundo, fazendo uma espécie muito particular de escolha: o que será nome de que. Essa intencionalidade apresenta-se, portanto, como o ato de um sujeito<sup>111</sup>.

É possível que o sujeito seja responsável pela nomeação do objeto, no entanto, isso não é constituir o sentido. Isso seria aplicar a lógica. E “Isto é claro: a lógica não pode colidir com sua aplicação<sup>112</sup>.” O sujeito só pode nomear porque já sabe fazer uso do nome. Não é necessário que o nome “A” represente o objeto A. É necessário apenas que o objeto tenha um nome. Não precisa um sujeito decidir que nome nomeia qual objeto. Um nome nomeia um objeto que tenha a mesma forma lógica que ele.

Todavia, não podemos distinguir entre dois objetos que tenham a mesma forma lógica<sup>113</sup>, de sorte que a nomeação é arbitrária, pois, “Caso pudéssemos discernir razões

<sup>109</sup> CUTER, João Vergílio G. “Por que o *Tractatus* necessita de um sujeito transcendental?” In. *Doispontos vol. 3, nº 1*, Curitiba / São Carlos, 2006, p. 174.

<sup>110</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 5.631.

<sup>111</sup> CUTER, João Vergílio G. “Por que o *Tractatus* necessita de um sujeito transcendental?” In. *Doispontos vol. 3, nº 1*, Curitiba / São Carlos, 2006, p. 177-178.

<sup>112</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 5.557.

<sup>113</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 2.0233.

para a ligação entre nome e objeto, poderíamos enunciá-las<sup>114</sup>.” Aqui, o que está em jogo é a multiplicidade lógica de nomes e objetos. Do mesmo modo que o nome só tem significado no contexto da proposição, o objeto só existe no fato<sup>115</sup>, pois, se “O nome aparece na proposição apenas no contexto da proposição elementar<sup>116</sup>”, então, o objeto aparece apenas no contexto do fato, já que, segundo o próprio Cuter, a relação afigurante é assimétrica: vai da linguagem para o mundo, mas não deste para aquela<sup>117</sup>.

Desse modo, a nomeação feita pelo sujeito transcendental é uma tarefa menor, que só é realizada porque as condições do sentido já estão dadas. Os nomes e objetos não existem fora do contexto. As propriedades externas de nomes e objetos só se deixam ver na proposição e no fato. Assim, nomes e objetos que tenham a mesma forma lógica só são distinguíveis na proposição e no fato respectivamente. Essa é a mesma opinião de Anscombe ao dizer que

Thus at 2.0231 we learn that the substance of the world – i.e. the objects – *can* determine only a form, not any material properties. For it needs propositions (as opposed to names) to represent material properties; such properties are ‘only formed by the configuration of objects – and, as I have said, by the *same configuration* of *different* objects in the different facts that exist when different things are red. These different objects, having the capacity to enter into configurations forming the material property red, will be of the same logical form: that of objects whose configurations yield colours<sup>118</sup>.

O *Tractatus* não é um livro de aplicação da lógica, mas sobre as condições lógicas da linguagem e, portanto, do mundo. Por isso, se o sujeito tem uma tarefa a ser feita, essa tarefa não é a constituição do sentido. O que constitui o sentido permanece no campo do inefável, do transcendental, do que não se pode dizer. É exatamente por isso que uma

---

<sup>114</sup> SALLES, João C. “A noção de *Porträt* em Wittgenstein”. In. *O Retrato do Vermelho e outros ensaios*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 77.

<sup>115</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 3.3.

<sup>116</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.23.

<sup>117</sup> CUTER, João Vergílio G. “Por que o *Tractatus* necessita de um sujeito transcendental?” In. *Doispontos vol. 3, nº 1*, Curitiba / São Carlos, 2006, p. 176.

<sup>118</sup> ANSCOMBE. *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*. London, Hutchinson & CO., 1963 [1959], p. 111.

investigação transcendental é feita. Essa investigação constrói modelos da realidade, mostrando a estrutura do mundo. Os modelos são construções lógicas a partir das quais vemos a estrutura do mundo. Como não temos exemplos de proposições elementares, nem de objetos é a análise lógica, por meio da notação, que nos põe em contato com a estrutura do mundo. Como se sabe, os objetos são incolores e as elementares só aparecem após a análise lógica. A lógica não pode antecipar a quantidade das elementares. Isso se exhibe por meio da forma geral da proposição, que é transcendental.

### 3.2 As condições empíricas da linguagem

Como fora exposto, na seção anterior, a teoria pictórica tem um forte traço fisionômico de transcendentalidade, pois, esse traço é o que lhe garante tanto o conteúdo do mundo quanto a determinação do sentido da linguagem. Mas, uma coisa são as condições da linguagem e outra a própria linguagem. A linguagem é o uso efetivo dos sinais e símbolos a fim de comunicar algo. Tendo a lógica tratando das condições transcendentais dos enunciados é preciso, agora, tratar das condições empíricas do uso da linguagem, pois, algumas condições empíricas precisam ser cumpridas a fim de que a linguagem torne manifestas as condições lógicas.

Embora o *Tractatus* não seja um livro que faça uma investigação sobre questões epistemológicas, tais questões são supostas no interior da obra, visto que o livro trata de problemas filosóficos. É verdade que os problemas filosóficos, na obra, são reduzidos a problemas lógicos, mas, no entanto, não deixam de ser questões referentes ao conhecimento e à verdade, por exemplo. A pergunta, por excelência, da epistemologia é: como é possível o conhecimento? No fundo, essa é uma questão sobre a “verdade”. E isso, como se sabe, é decidido olhando para o mundo. Esse é o ponto em que se faz necessário que haja um mundo.

Sem o mundo não haveria proposições empíricas e, por conseguinte, não se poderia chegar às proposições elementares nem aos objetos. É por ser necessário que haja um mundo que podemos formular proposições empíricas e espelhar nelas a estrutura comum ao mundo e ao pensamento. Conforme Lopes dos Santos,

Tudo que a experiência pode ensinar é que se realiza ou não uma possibilidade cuja definição pressupõe dada o espaço lógico, a totalidade dos objetos. Que a totalidade dos objetos seja a totalidade dos objetos não pode, pois, ser a realização de uma possibilidade, não se pode conhecê-la *a posteriori*. Tudo que o pensamento pode construir pressupõe dado o espaço lógico, a totalidade dos objetos. Essa totalidade, o pensamento não pode construir, não se pode conhecê-la *a priori*. A totalidade dos objetos, a constituição íntima do espaço lógico, só se mostra nos produtos concretos da correlação essencial entre o pensamento e o mundo, no que resulta das projeções figurativas concretas em que o pensamento efetivamente se constitui como tal: na forma e no sentido das proposições com sentido, as proposições empíricas<sup>119</sup>.

Como se ver, o que é transcendental é o espaço lógico (a totalidade dos objetos), que independe tanto do mundo quanto do pensamento. Mas, que uma possibilidade se realize, isso depende de que haja um mundo. A existência de um mundo já é a realização de uma possibilidade. Com isso, podemos afirmar que só sabemos que deve existir uma totalidade dos objetos porque existe um mundo a ser descrito pelas proposições empíricas e a partir da análise lógica devemos chegar aos constituintes últimos da linguagem. O aforismo 5.55 expressa isso de outro modo:

Devemos agora responder *a priori* à questão de quais sejam todas as formas possíveis de proposições elementares. A proposição elementar consiste em nomes. Como não podemos, porém, especificar o número dos nomes com significados diferentes, tampouco podemos especificar a composição da proposição elementar<sup>120</sup>.

Isso é o indício de que algo na teoria pictórica aponta para certas condições empíricas na análise da linguagem. A determinação da lógica da linguagem só é possível a partir do uso da linguagem, isto é, das proposições empíricas. É porque existem certas condições materiais que podemos inferir as condições transcendentais. É claro que estas últimas independem daquelas, mas tal independência não deixa de ser parcial, uma vez que sem o mundo empírico jamais teríamos conhecimento de qualquer lei lógica. Não pretendemos, aqui, dar uma primazia ao mundo empírico, mas tão somente defender a

<sup>119</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”. Ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 93.

<sup>120</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 5.55.

ideia de que o mundo empírico é condição para a aplicação da lógica. Só assim podemos conhecer a lógica. É isso que está dito nos aforismos 5.552 e 5.5521: “A ‘experiência’ de que precisamos para entender a lógica não é a de que algo está assim e assim, mas a de que algo *é*: mas isso *não* é experiência. A lógica é *anterior* a toda experiência – de que algo é *assim*. Ela é anterior ao como, não é anterior ao quê.” E segue, “E se não fosse assim, como poderíamos aplicar a lógica? Poder-se-ia dizer: se houvesse uma lógica ainda que não houvesse um mundo, como poderia então haver uma lógica, já que não há mundo?”

É por conta dessa separação entre a lógica e sua aplicação que podemos falar das condições empíricas da linguagem. A lógica dá-nos as condições de sentido de qualquer linguagem, mas a aplicação da lógica à experiência permite que sejamos capazes de decidir o que é verdadeiro ou falso na representação proposicional. Desse modo, ao empírico cabe decidir o que é uma figuração verdadeira ou falsa da realidade. Por isso, a linguagem comum, mesmo tendo o grau de vagueza que tem, também é um modelo da realidade. A linguagem comum dá-nos uma imagem da realidade tanto quanto a linguagem científica. A ilusão de que a linguagem científica diz mais do que a linguagem comum é gerada pelo método utilizado pela ciência: descrever o mundo com proposições empíricas, mas que têm a forma de leis. De acordo com Wittgenstein, “A chamada lei da indução não pode, de modo algum, ser uma lei lógica, pois é manifestamente uma proposição com sentido. – E por isso não pode tampouco ser uma lei *a priori*<sup>121</sup>.” Ou ainda, “A lei de causalidade não é uma lei, mas a forma de uma lei<sup>122</sup>.”

O que acontece é que com essas proposições na forma de leis permitem que façamos inferências de situações possíveis, ou seja, as proposições que enunciam os princípios da ciência permitem que a partir de proposições com sentido tiremos conclusões de

---

<sup>121</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 6.31.

<sup>122</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 6.32.

outras proposições com sentido baseado na forma de uma lei<sup>123</sup>. Esse é o princípio básico da teoria da probabilidade na matemática e das ciências naturais, por exemplo. A linguagem comum é um modelo da realidade, justamente, porque não se traveste de lei. Ela cumpre os requisitos para ser uma figuração da realidade e, sobretudo, tem a forma de proposição com sentido, aquelas que dizem algo sobre o mundo, que são capazes de descrever a realidade, pois, a sua multiplicidade é a mesma do fato figurado. É por isso que Wittgenstein diz-nos que

De fato, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem. O que há de mais simples, que nos cumpre aqui especificar, não é um símile da verdade, mas a própria verdade plena<sup>124</sup>.

Isso liquida de vez a falsa ideia de que a linguagem comum é imperfeita, visto que ela tem a estrutura essencial da realidade. Essa é a verdade plena: as relações internas da linguagem comum são modelos das relações internas dos constituintes do mundo. Apenas essas relações não estão à mostra. A linguagem comum não é um método de representação, ela é a linguagem “natural” e como tal é constitutiva do organismo humano, de modo que “É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem<sup>125</sup>”. Nesse quesito a linguagem científica é melhor sucedida, pois, suas pretensões de descrição do mundo exigem notações e sinais proposicionais mais precisos e com maior grau de simplicidade.

Isso faz com os princípios da ciência tenham a forma de leis. Mas essas leis, por pretenderem descrever a realidade, devem ser plausíveis. E entre os critérios da plausibilidade está a simplicidade – além dos princípios de correção e de admissibilidade. Certamente, aqui, podemos traçar um melhor modelo da realidade, pois, a ciência, por meio de suas leis hipotéticas constrói proposições gerais que tendem a ter validade para todos os casos possíveis, isto é, fatos conhecidos e fatos desconhecidos. De fato, o que se pretende com as leis hipotéticas da ciência é afirmar (ou representar) relações entre estados de coisas. Essa possibilidade não é facultada à

---

<sup>123</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, conf. 6.211.

<sup>124</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 5.5563.

<sup>125</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.002

linguagem comum, pois, ela não tem a forma de uma proposição geral. Segundo Lopes dos santos, por ser

[...] humanamente impossível fazê-lo, recorremos às chamadas leis gerais. Seleccionamos uma conjunção P de propriedades possíveis de eventos no mundo e procuramos identificar outra conjunção Q de propriedades possíveis de eventos tal que, para todo evento conhecido, se ele tem Q, então também tem P. Uma lei científica é uma proposição geral que enuncia uma tal relação entre propriedades de eventos sem restringir o domínio de generalização aos eventos conhecidos<sup>126</sup>.

Aqui, podemos perceber que, embora as relações sejam lógicas, o ponto de partida é um evento do mundo, ou seja, a experiência empírica. As leis são, manifestamente, proposições com sentido, mas adquirem tal valor de lei pela simples razão de representar relações possíveis de quaisquer fatos que tenham a mesma forma da lei que a ciência prescreve. Nesse caso, a forma do fato é antecipada, mas sua verdade não. Essa é a base de sustentação do princípio de indução – que tem como fundamento razões psicológicas –, que nos faz acreditar que existe relação causal entre os fatos do mundo, de modo que esperamos que os eventos do mundo sejam regulares e, por isso, de um fato presente possamos inferir um fato futuro.

Se o fato futuro decorre do fato presente, isso faz parecer que o princípio de indução, de fato, é uma lei. Mas, como diria Wittgenstein, “A crença no nexos causal é uma *superstição*<sup>127</sup>.” O fato pode confirmar (como geralmente o faz) o princípio de indução. Quando o fato confirma o princípio de indução o que ocorre é que a prescrição científica está sendo cumprida. Por assim dizer, o fato futuro derivar do fato presente confirma que o mundo tem uma forma comum à linguagem e aos eventos acontecidos ou por vir, por isso, pode-se fazer previsões a partir das generalizações da ciência. Nesse aspecto, a experiência tem um papel fundamental, qual seja, a partir das regularidades dos eventos, fortalecer a crença no nexos causal, pois, a cada vez que as generalizações da ciência são confirmadas, afirma-se a verdade da forma das leis hipotéticas.

<sup>126</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “**A Essência da Proposição e a Essência do Mundo**”. Ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 98.

<sup>127</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 5.1361.

Nesse ponto, podemos ver que os princípios da ciência natural não são leis. Por serem hipotéticos são expressos por proposições empíricas, de modo que podem ser submetidos à verdade ou à falsidade de seus enunciados. Por isso, não podem ser lei, pois, não têm justificação lógica, mas tão somente psicológica. No entanto, a forma de lei dos enunciados da ciência, por terem a forma de lei, tem uma virtude: permite fazer generalizações, explorando as possibilidades possíveis dos eventos ou fatos que compõem o mundo. É isso que faz com que o modelo descritivo empregado pela ciência tenha maior êxito ao tentar descrever a realidade. A partir das generalizações a ciência fala – ou, pelo menos deve falar – do que se deixa falar. A teoria científica trabalha com modelos da realidade: são proposições empíricas que trabalham com a forma da realidade, extrapolando seus enunciados para além do fato presente.

Com isso afirmamos que as proposições empíricas são condição para a exibição do sentido proposicional. Ela encena a situação por ela descrita. “É o que se vê a partir do fato de entendermos o sentido do sinal proposicional sem que ele nos tenha sido explicado<sup>128</sup>.” O sentido é entendido no momento do uso do sinal proposicional. A nossa experiência concreta é como que o lugar de teste para o sentido proposicional, pois, se os sinais simples precisam ser explicados, o mesmo não se dá com a proposição, pois com ela nós nos entendemos<sup>129</sup>.

É no campo do empírico que sabemos que a proposição é uma figuração verdadeira ou falsa. A experiência é o único critério para a verdade ou falsidade de um enunciado. Ao formular um enunciado sobre o mundo o sentido já está dado e por isso importa, agora, estabelecer a verdade ou a falsidade do enunciado. A proposição, por fazer referência explícita ao empírico, depende do mesmo para ser atestada enquanto figura de uma situação possível. O aforismo 4.031 diz-nos que “Na proposição, uma situação é como que montada para teste. Pode-se dizer sem rodeios: esta proposição representa tal e tal

---

<sup>128</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.02.

<sup>129</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.026.

situação – ao invés de: esta proposição tem tal e tal sentido<sup>130</sup>.” A situação testada precisa ser confirmada (ou negada) pela experiência empírica. O ponto de chegada da teoria pictórica é o mundo da experiência.

Desse modo, se entender a proposição é saber o que é o caso se ela for verdadeira<sup>131</sup>, reconhecer o sentido de uma proposição é reconhecer, na experiência sensível, a multiplicidade que a proposição afirma – ou nega – que o fato tem. Sem esse reverso da medalha a teoria pictórica ficaria comprometida, pois, é necessário que a existência do empírico para que a figuração não tenha só sentido, mas tenha também um entre dois valores de verdade: verdadeiro ou falso. “A realidade é comparada com a proposição<sup>132</sup>.”

Tanto é assim que o aforismo 4.11 afirma que “A totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência natural (ou a totalidade das ciências naturais).” Ou seja, as proposições verdadeiras referem-se ao mundo da experiência, pois, a ciência lida com fatos. Certa forma, um dos temas presentes no *Tractatus* é a experiência empírica. Todo o esforço do autor da obra é para legitimar o discurso sobre a experiência, uma vez que com a crítica da linguagem “A filosofia limita o território disputável da ciência natural<sup>133</sup>.” E ela faz isso a partir da análise de fatos e enunciados sobre fatos efetivos, delimitando a partir do existente o inexistente e, por conseguinte, o dizível a partir do indizível.

O empírico pode ser fonte de erros e equívocos, mas também pode ser a fonte do reconhecimento da verdade, de modo que em um livro sobre lógica, cabe ao empírico o relevante papel de determinar a concordância ou discordância da proposição com a realidade. As condições de sentido, mesmo sendo condição para a verdade, em alguma

---

<sup>130</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.031.

<sup>131</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.025.

<sup>132</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.05.

<sup>133</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.113.

medida, para se materializarem precisam destas últimas. E isso é uma referência explícita ao empírico. Sendo assim, é porque o empírico aponta para o transcendental que as proposições empíricas são um melhor modelo da realidade, pois, a um só tempo, elas dizem o contingente e contêm a estrutura do mundo.

### 3.3 O método de projeção

Podemos dizer que sem o método de projeção a teoria pictórica jamais poderia definir a proposição como um modelo da realidade. Com efeito, uma das condições para garantir a figuratividade da proposição é que haja um método de interpretação. O método de projeção ajuda na determinação do sentido da proposição, pois, o que é projetado além de dever ter a mesma estrutura da situação representada, os seus constituintes devem também ter o mesmo tipo de relação que os objetos que eles substituem.

Mesmo que os elementos da figuração e da situação tenham sido correlacionados, resta ainda determinar que relações entre nomes fazem parte da 'estrutura' da figuração, isto é, possuem significação simbólica, por determinar aquilo que a figuração afigura. Igualmente, o fato de seus elementos estarem relacionados de modos específicos (de ela ter uma certa 'estrutura') só afigura um estado de coisas específico se tais forem os sucedâneos de 'coisas' específicas<sup>134</sup>.

Assim, o método de projeção cumpre a função de projetar a situação possível na proposição e de projetar as relações entre os objetos nos nomes, de modo que isso gera a afiguração, tornando a proposição um modelo da realidade.

Esse modo peculiar da projeção comportar-se faz dela uma espécie de portal entre o transcendental e o empírico. Sem a projeção o sinal proposicional seria morto. É a projeção quem o infla com o sentido proposicional, não só projetando a estrutura de uma situação possível, mas também determinando quais relações entre nomes são permitidas. Para Glock,

---

<sup>134</sup> GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 251.

O que a rigor contém a ‘possibilidade de exprimir’ o sentido não é a proposição, que *de fato* o exprime, mas o signo proposicional. Este signo pode contê-la porque tem em comum com a situação que afigura uma FORMA LÓGICA; possui a mesma multiplicidade lógico-matemática (TLP 4.04), de acordo com as convenções da SINTAXE LÓGICA<sup>135</sup>.

Ou seja, o sinal proposicional sozinho não pode ser representação de nada. É necessário um método de interpretação (a projeção) que, ao mesmo tempo, dá um conteúdo ao sinal e serve de instrução para quem interpreta o sinal. Isso é o que atesta Lopes dos Santos ao dizer que “Um fato se converte em figuração quando ganha sentido, ao ser interpretado segundo um método determinado, que estabelece relações de substituição entre seus elementos e os constituintes do fato possível a ser afigurado<sup>136</sup>.” Isto quer dizer que desde que haja uma regra que estabeleça uma relação de substituição, pode-se estabelecer um método de projeção. É claro, as partes que se substituem mutuamente devem, por definição, ter a mesma multiplicidade lógica. E isso é suficiente para garantir a possibilidade da projeção de um fato em outro, pois, “Os elementos da figuração substituem nela os objetos<sup>137</sup>.”

A regra define o método de projeção a partir da sintaxe lógica, delimitando, assim, o campo de manobra dos nomes, e do espaço lógico, delimitando, assim, o campo de manobra dos objetos. Sabendo disso, por antecipação, o método de projeção ajuda-nos a construir modelos da realidade, situações possíveis, combinando nomes e projetando situações possíveis na realidade – que é a existência e a inexistência de estados de coisas. O método de projeção serve como um guia seguro para o uso da linguagem, pois, uma vez que “A realidade empírica é limitada pela totalidade dos objetos.<sup>138</sup>”, mundos possíveis também já nos são dados, isso porque “A totalidade dos estados existentes de coisas também determina que estados de coisas não existem.<sup>139</sup>” Ou seja, ao determinar um método de interpretação do uso da linguagem, estabelece-se também

<sup>135</sup> GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 252.

<sup>136</sup> LOPES DOS SANTOS, Luiz H. “**A Essência da Proposição e a Essência do Mundo**”. Ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 65.

<sup>137</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 2.131.

<sup>138</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 5.5561.

<sup>139</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 2.05.

um critério para as construções linguísticas. E construir, aqui, não quer dizer criar, mas sim, a partir da estrutura lógica do mundo, combinar os constituintes últimos da linguagem e do próprio mundo, fazendo com que por meio da proposição tenhamos uma figura da realidade.

O método de projeção permite que a proposição seja um modelo da realidade porque o método institui o que cada parte deve representar. Mais ainda, institui o que deve ser um componente fixo e o que deve ser variável na figuração. O fixo é representado pelo simples – no mundo e na linguagem – e o que varia são as diversas estruturas compostas pelas articulações dos simples. Com isso, o método de projeção dá-nos, a um só tempo, o mundo, enquanto fato empírico e descritível e a estrutura do mundo, enquanto condição para os fatos. Essa dupla função do método de projeção leva Wittgenstein a dizer que “À proposição pertence tudo que pertence à projeção; mas não o projetado. Portanto, a possibilidade do projetado, mas não ele próprio<sup>140</sup>.”

O que se projeta é a forma da realidade, por isso a proposição contém a possibilidade do projetado, mas não o projetado. O projetado é o conteúdo que deve preencher o sinal proposicional, tornando-o verdadeiro, caso a situação representada exista, ou, tornando-o falso, caso a situação representada não exista. Sem um método de projeção seria impossível traçar um modelo do mundo correta ou falsamente, pois, ficaria indeterminado o representante e o representado. E mais grave ainda, não poderíamos saber quais seriam as relações possíveis entre os simples do mundo e da linguagem, de modo que as relações lógicas jamais poderiam vir à superfície da linguagem.

Isso ajudar-no-á a combater um mal entendido que gerou preconceitos contra a linguagem comum. É verdade que o próprio Wittgenstein faz críticas à linguagem comum, dizendo que

---

<sup>140</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 3.13.

Na linguagem corrente, acontece com muita frequência que uma mesma palavra designe de maneiras diferentes – pertença, pois, a símbolos diferentes – ou que duas palavras que designam de maneira diferentes sejam empregadas, na proposição, superficialmente do mesmo modo<sup>141</sup>.

Ou ainda, “[...] A linguagem corrente é parte do organismo humano e não menos complicada que ele<sup>142</sup>.” E poderíamos arrematar essa série de citações, dizendo que “Assim nascem facilmente as confusões mais fundamentais (de que toda a filosofia está repleta)<sup>143</sup>.” O que podemos notar, aqui, é que a forma aparente da linguagem comum camufla a forma lógica da linguagem e isso faz parecer que a linguagem comum tem um vício natural, qual seja, não servir para ser um modelo da realidade. Mas tal impressão o próprio Wittgenstein incube-se de desconstruir ao afirmar no aforismo 5.5563 que “De fato, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem<sup>144</sup>.”

E a linguagem comum está em ordem, assim como ela está, porque ela tem a mesma multiplicidade lógica do mundo. Não fosse assim, não poderíamos fazer nenhum enunciado com sentido, utilizando a linguagem comum. Tanto é assim que as proposições da linguagem comum podem ser reduzidas às elementares, mostrando a sua face oculta. É o que nos diz Margutti: “[...] qualquer proposição complexa da linguagem corrente também pode ser decomposta pela análise e colocada numa relação projetiva com a correspondente articulação de proposições atômicas<sup>145</sup>.” A linguagem comum é uma linguagem lógica e como tal projeta os fatos que descreve sobre a realidade. Fosse a linguagem comum ilógica, não diríamos nada com ela.

---

<sup>141</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 3.323.

<sup>142</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 4.002.

<sup>143</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 3.324.

<sup>144</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, conf. 5.5563.

<sup>145</sup> MARGUTTI, Paulo R. *Iniciação ao silêncio: Análise do **Tractatus** de Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 153.

O problema da linguagem comum está no uso um tanto vago dos sinais empregados. É isso que gera embaraços na linguagem. Mas é perfeitamente natural que seja assim, pois, a linguagem comum não tem compromisso com questões epistemológicas, seu compromisso é com a vida comum, de modo que a linguagem comum é tão complexa quanto a vida comum – e nesse ponto, aquela representa muito bem esta. De acordo com Griffin, “Na linguagem vulgar, que os signos são nomes, propriedades, etc., mostra-se na sua aplicação; numa linguagem ideal, mostra-se no formato dos próprios signos<sup>146</sup>.” A diferença entre a linguagem comum e a linguagem ideal não é de forma, mas de aparência. No fundo, ambas referem-se à mesma realidade. O que possibilita que uma linguagem artificial mostre, na sua superfície, a forma é, exatamente, seu artificialismo, ou seja, seu esvaziamento das situações reais e empíricas. Isso faz da linguagem artificial (ou ideal) o padrão para toda e qualquer linguagem. Ela não é a expressão contingente do pensamento, mas modelo formal do pensamento, ela exhibe a estrutura que o pensamento deve ter.

Nesse ponto, a linguagem artificial não é, precisamente, uma linguagem, ela não é uma proposição em uso, pois, na nossa vida comum não nos comunicamos por meio de artificialismos, mas com proposições empíricas. Nas questões referentes à vida concreta, com toda a sua complexidade, a linguagem comum é o modelo mais adequado, pois, as contingências da vida são representadas fidedignamente, com toda carga emocional e dramática que a vida pode ter. Uma linguagem artificial não daria – como não dá – conta das questões relacionadas ao amor, à beleza ou ao trágico.

O método de projeção lida com modelos lógicos da realidade e como tal não tem interesse particular por qualquer aspecto da realidade que seja. O artificialismo que o método emprega foi tomado de empréstimo da geometria: seu fundamento é a possibilidade de substituição dos elementos da projeção pelos do projetado. Aqui, qualquer semelhança com a matemática não é mera coincidência, pois,

---

<sup>146</sup>GRIFFIN, James. *O Atomismo Lógico de Wittgenstein*. Porto: Porto editora, 1998, p. 181.

O método pelo qual a matemática chega às suas equações é o método de substituição. Pois as equações exprimem a substituíbilidade de duas expressões, e passamos de um certo número de equações a novas equações substituindo expressões por outras expressões de acordo com as equações<sup>147</sup>.

A diferença é que, na matemática, as relações estabelecidas pela equação são necessárias, de modo que não são formuladas proposições autênticas. No entanto, as equações matemáticas, enquanto método da lógica<sup>148</sup>, exhibe, no próprio simbolismo, a forma das sentenças. É como se mostrasse a essência mesma do que é expresso. Nas proposições autênticas, todavia, isso não é possível, pois, as proposições significativas são funções de verdade das proposições elementares – as elementares também são significativas. Isso não deixa ver, na superfície da linguagem, que o que é projetado na proposição é a forma comum ao projetado. Este fato torna a linguagem comum tão significativa e um modelo apropriado da realidade, pois, o seu modo de representar não envolve necessidade. Já as proposições matemáticas, por serem necessárias, não dizem nada do mundo, de modo que são pseudoproposições.

Aqui vemos que o método de projeção opera dentro de um certo limite: o das proposições autênticas (proposições elementares e proposições complexas). O que é projetado em ser possível, mas não necessário. A projeção refere-se a uma situação do mundo e o que é necessário está no limite do mundo, de sorte que não pode ser projetado. O método de projeção, então, adéqua-se perfeitamente à linguagem comum, porque, sendo esta última função de verdade da proposição elementar, deve ter a mesma multiplicidade lógica do fato figurado. Desse modo, a linguagem comum não só é um modelo da realidade, como também está em pé de igualdade, do ponto de vista da lógica, com as proposições científicas, pois, “Todas as proposições têm igual valor<sup>149</sup>.”

Não obstante, tem um outro limite que o método de projeção não pode ultrapassar: é o da ética e da estética. Proposições devem afigurar fatos, acontecimentos do mundo. A

---

<sup>147</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 6.24.

<sup>148</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 6.2; 6.234.

<sup>149</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 6.4.

ética e a estética dizem respeito ao absoluto, a um valor do mundo. E a linguagem está, logicamente, impossibilitada de representar o valor do mundo, porque

O sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece; não há *nele* nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor. Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de todo acontecer e ser-assim. Pois todo acontecer e ser-assim é casual. O que o faz não casual não pode estar *no* mundo; do contrário, seria algo, por sua vez, casual<sup>150</sup>.

Assim, o que não está no mundo não pode ser projetado no mundo. Logo, não há proposições éticas ou estéticas. A ética e a estética fazem parte daquele núcleo indizível do *Tractatus*: “É claro que a ética não se deixa exprimir. A ética é transcendental. (Ética e estética são uma só.)<sup>151</sup>”

Desse modo, tiramos uma dupla consequência do método de projeção: uma é que ele, projetando situações possíveis do mundo garante as condições de verdade da proposição e, por conseguinte, torna a proposição um modelo da realidade; outra, é que o método de projeção exige a substituição dos elementos da projeção pelos elementos do projetado, sem a qual a proposição ficaria destituída de sentido. Por conta dessa regra de tradução, não pode haver proposições éticas e estéticas, pois, não há uma regra de tradução que possibilite substituir os elementos da projeção e do projetado, de modo que os sinais que pretendem expressar os valores de tais proposições não encontrariam significados correspondentes. Assim, tais proposições seriam vazias, ocas de sentido.

O método de projeção ajuda a mostrar os limites da linguagem, ajuda a mostrar que há certos aspectos da estrutura do mundo que a linguagem não pode descrever, visto que, parafraseando Wittgenstein, o que pode ser dito pode ser projetado e o que não pode ser dito não pode ser projetado. O método de projeção está na fronteira entre o empírico e o transcendental, haja vista que a projeção pertence à proposição, mas não o projetado. A projeção encerra em si a possibilidade do projetado e, enquanto possibilidade, a projeção exhibe a possibilidade da relação entre os objetos. As relações entre os simples

<sup>150</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 6.41.

<sup>151</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 6.421.

são, completamente, impronunciáveis, de modo que são transcendentais. Assim, a projeção é um fato do mundo.

Por fim, o método de projeção é a maneira por meio da qual nós construímos modelos da realidade. Se há pensamento, há projeção e, portanto, há linguagem em consonância com a estrutura última da realidade. Se não há projeção, não há pensamento, pois, o pensamento não pode ser privado. Por meio da projeção tornamos nossos pensamentos visíveis e audíveis. A projeção manifesta-se através do sinal sensível e perceptível dotado de significado, ou seja, na linguagem. Então, por natureza – e a investigação do *Tractatus* é sobre a natureza da proposição –, a linguagem (a proposição) é uma atividade que produz figuras do mundo, modelando formas possíveis de representar a realidade, uma vez que as consequências das imagens que fazemos devem ser as imagens das consequências dos eventos do mundo, pois, nossa linguagem só pode descrever o mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, podemos dizer que estudiosos da obra de Wittgenstein, como Griffin e Margutti, por exemplo, chegam a refletir sobre a noção de modelo no *Tractatus*. No entanto, vimos que a noção de modelo poderia ser mais explorada, pois, acreditamos, ela é uma ideia que permeia toda a obra tractariana embutida no conceito de figuração. É verdade que o termo ‘modelo’ aparece poucas vezes no livro: quatro ao todo<sup>152</sup>. Todavia, a ideia do que seja e de como funciona um modelo é central para o entendimento do que seja uma proposição. Entendemos que essa era uma lacuna e por isso nos dedicamos a refletir sobre tal tema, explorando as consequências da noção de modelo no *Tractatus*.

---

<sup>152</sup>Conf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, 2.12; 4.01; 4.04; 4.463.

Uma das consequências da noção de modelo do Tractatus é que podemos ver, na linguagem, modelos da estrutura última do mundo. Outra consequência é que a partir dos fatos presentes podemos inferir fatos futuros – embora não exista fundamentação lógica para a causalidade. E a consequência mais importante de todas é que senão podemos construir um modelo da realidade, uma figura da realidade, não podemos falar sobre um tal assunto. Esse modo de tratar a linguagem é um duro golpe na lógica tradicional, pois, nesta, exigências ontológicas misturavam-se a exigências lógicas, gerando falsos problemas e falsas argumentações. Por assim dizer, com essas confusões construiu-se o edifício da metafísica.

Contudo, no uso significativo da linguagem, não encontramos significado para os sinais utilizados nas chamadas proposições metafísicas. Assim as proposições metafísicas não podem ser um modelo da realidade, já que para ser um modelo é necessário que seja um modelo de algo, senão efetivo, ao menos possível. Com isso, as imagens que se pensava fazer da metafísica ficaram inviabilizadas, ou melhor, as proposições metafísicas, não sendo modelo de nada, nada dizem, ou seja, são sem sentido.

Podemos dizer que a concepção de uma linguagem com uma multiplicidade lógica correta, uma linguagem que seja um modelo coerente da realidade, nasce na modernidade, a partir de questões postas pela ciência moderna. A ciência moderna abandonou o fundacionismo, não estava interessada em conhecer a essência do mundo ou das coisas, mas sim em explicar as relações entre as coisas que constituem o mundo. Esse novo paradigma científico colocou em xeque a lógica aristotélica, exigindo uma nova lógica que pudesse justificar as explicações da nova ciência, pois, com a lógica de Aristóteles, só seria possível falar de proposições da forma  $S \text{ é } P$ .

Para Wittgenstein, a estrutura última do mundo (a substância) não se poder dizer ou descreve. Ela é condição para o que se pode dizer ou descrever. Não obstante, pela análise lógica da linguagem podemos chegar à estrutura última do mundo. A linguagem, então, dá-nos modelos do mundo, pois, o que ela representa ou afigura são estados de

coisas no mundo. Nesse caso, temos dois tipos de modelos: um que representa a contingência do mundo e outro que representa (exibe) a estrutura do mundo. O primeiro pode ser reduzido ao segundo, uma vez que aquele só é possível se este for possível. Isso põe fim à questão de saber se o mundo tem uma substância ou não tem. Wittgenstein diria, sim, tem, mas não podemos descrevê-la. Tudo que podemos fazer é criar modelos que a represente.

Se podemos encontrar alguma substância no mundo, essa substância tem que ser exibida nos modelos criados (não inventados) pela linguagem, porque se podemos dizer algo a respeito do mundo, o mundo, necessariamente, deve ter algo em comum com a linguagem e, por conseguinte, com o pensamento. Desse modo, está inscrito, na natureza da proposição, poder representar a estrutura última da realidade. Isso significa dizer que com a linguagem podemos falar de situações, fatos ou eventos presentes, mas não só, pois, é da natureza mesma do modelo que possamos avaliar as suas várias possibilidades e, assim, inferir situações, fatos e eventos futuros.

Destarte, negativamente falando, o *Tractatus* é bem um modelo do que não se pode falar. Por pretender ser um mensageiro do indizível, o livro, a rigor, nada diz. O livro é um caso limite entre o que é gramaticalmente correto e o que é logicamente significativo. Certamente por isso, o que ele pretende dizer só possa ser expresso de maneira aforismática e fulgurante como um raio. Porém, isso não significa que Wittgenstein não tenha nada a nos ensinar, ao contrário, é por que ele tenta dizer o que não pode ser dito que ele nos ensina algo sobre o mundo. O *Tractatus*, mais do que dizer, mostra quais são os limites da linguagem. De outro modo não seria possível tratar dos temas que ele trata. Por assim dizer, entendemos que o próprio livro é um modelo negativo do uso indevido da linguagem, mas, no entanto, o modelo não fracassa, pois, ao fim e ao cabo, o objetivo foi cumprido: o livro mostra os limites da linguagem. E o faz da maneira mais radical: o autor confessa de público que suas proposições são contra-sensos, ou seja, deliberadamente, Wittgenstein torna o *Tractatus* um modelo de como não devemos proceder com a linguagem na filosofia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Sílvia. “A lógica e sua aplicação: a antecipação das formas das proposições elementares no *Tractatus de Wittgenstein*”. In: *Analytica*, v.4, n.1, Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

ANSCOMBE, *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*. London, Hutchinson & CO., 1963 [1959].

BLACK, Max. *A companion to Wittgensten's "Tractatus"*. New York: Cornell University Press, 1992.

CUTER, João Vergílio. “p’ diz p”. In: *Cadernos Wittgenstein*, n.1, 2000, Depto de Filosofia da USP.

\_\_\_\_\_. *Três Tipos de Necessidade Lógica*. In: *Caderno de História, Filosofia e Ciência*, Série 3, nº 1, V. 18. Campinas, jan-jun. 2008.

FREGE, G. *Investigações Lógicas*. Porto Alegre: EDIPUC, 2002

\_\_\_\_\_. “Sobre o Sentido e a Referência”. In: Frege, G. (1978). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução e notas de P. Alcoforado. São Paulo: Cutrix/Edusp, p. 59-86.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GRIFFIN, J. *O Atomismo Lógico Wittgenstein*. Porto: Porto Editora, 1998.

HERTZ, H. *Principles of Mechanics*. New York: Dover, c 1956.

JANIK, A., Toulmin, S. *Wittgenstein's Vienna*. New York, Touchstone.

MARQUES, Edgar. “Conseqüências Ontológicas do Argumento Tractatiano Contra a Possibilidade de um Discurso Categorial”. In: *Analytica*. Rio de Janeiro, UFRJ, v.2, n.1, 1997, p. 205-41.

MARGUTTI, P. R. *Iniciação ao silêncio: análise do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. “A Conceitografia de Frege: uma Revolução na História da Lógica”. In: *Kriterion*, Revista de Filosofia, n.72, v.XXV, 1º semestre de 1984, p. 5-34.

MORENO, Arley. *Wittgenstein: através das imagens*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PRADO NETO, Bento. *Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor, e figuração*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

RUSSELL, Bertrand. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

SALLES, João Carlos. *O Retrato do Vermelho e outros ensaios*. Salvador: Quarteto, 2006.

SCHOPENHAUER, A. *O Mundo como Vontade e como Representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

LOPES dos SANTOS, Luiz Henrique. “**A Essência da Proposição e a Essência do Mundo**”, ensaio introdutório à tradução do *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1993.

SILVA, José F. “*Hertz e as Concepções de linguagem e filosofia do Tractatus*”. In.: *Revista Páginas de Filosofia*. São Paulo: V. 1, n. 1, Jan-Jul/2009.

WITTGENSTEIN, L. “**Some Remarks on Logical Form**”. In: *Philosophical Occasions 1912-1951*. Klagge, James C.; Nordmann, Alfred (Eds.).

\_\_\_\_\_. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução brasileira de Luiz Henrique L. dos Santos. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. *Investigações Filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1980.